

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Renato Matoso Ribeiro Gomes Brandão**

**O Problema da Falsidade no Discurso  
Ontologia e Linguagem em Parmênides e Platão**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Maura Iglesias

Rio de Janeiro, junho de 2009



**Renato Matoso Ribeiro Gomes Brandão**

**O Problema da Falsidade no Discurso**  
**Ontologia e Linguagem em Parmênides e Platão**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Maura Iglesias**  
Orientador  
Puc-Rio

**Maura Iglésias**  
Puc-Rio

**Oswaldo Chateaubriand Filho**  
Puc-Rio

**Fernando Augusto da Rocha Rodrigues**  
UFRJ

**Paulo Fernando Carneiro de Andrade**  
Coordenador(a) Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas -  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

### **Renato Matoso Ribeiro Gomes Brandão**

Concluiu o Bacharelado em Filosofia pela PUC-Rio em 2006. Possui pesquisas nas áreas de Filosofia Antiga, Filosofia da Lógica e Filosofia da Linguagem com diversos trabalhos apresentados em seminários e artigos publicados em periódicos especializados. Atualmente é membro do NUFA (Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga) da PUC-Rio e editor da revista *Análogos* de Filosofia.

Brandão, Renato Matoso Ribeiro Gomes

Problema da falsidade no discurso:  
ontologia e linguagem em Parmênides e Platão /  
Renato Matoso Ribeiro Gomes Brandão :  
orientador: Maura Iglésias. – 2009.

89 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Filosofia)–  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,  
Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

Dedico este trabalho a minha mãe de grande sabedoria, meu pai de grande conhecimento e meus irmãos de grande companheirismo.

Especialmente, a meu tio Renato que no período de composição desta dissertação partiu deixando muitos pesares e a meu sobrinho e afilhado João que, neste mesmo período, surgiu deixando o mundo repleto de alegria.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer a meus pais que sempre me apoiaram na difícil tarefa de pensar, pesquisar, criticar e escrever que, infelizmente, é vista como desperdício de tempo e talento em um mundo cada vez mais apegado a tudo aquilo que é fugaz e transitório.

Agradeço ao Pe Paul Schweitzer S. J. grande fonte de inspiração para todos que o conhecem e que há muito ajuda a mim e minha família a ver os desígnios de Deus e a beleza do mundo nos acidentes da vida.

Agradeço, também, à profa. Maura pelas aulas inspiradoras que tenho a sorte de acompanhar desde minha graduação e pela orientação dedicada. Assim como a todos os professores do Departamento de Filosofia da Puc-Rio pelo exemplo de conhecimento, companheirismo e fineza de trato, sobretudo ao professor Chateaubriand.

Agradeço aos alunos Rafael Huguenin, Remo Filho, Marieta Dantas pelos comentários e críticas a este trabalho e, principalmente, à Nastassja Saramago pela companhia nos momentos decisivos e pela revisão final.

Por fim, gostaria de agradecer aos administradores do Departamento de Filosofia que, na figura da sempre amável Edna Sampaio há uns bons anos me ajudam até mais do que se poderia esperar.

## **Resumo**

Brandão, Renato Matoso R. G.. **O Problema da Falsidade no Discurso**. Rio de Janeiro, 2009. 89p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação pretende oferecer uma análise para um determinado grupo de argumentos contra a possibilidade da falsidade no discurso, tal como elaborados no período clássico da filosofia. A partir da apresentação das teses de Parmênides, será investigada a relação entre estas teses e os argumentos sofísticos contra a possibilidade da falsidade. Apresentaremos, em contra partida, um dos argumentos formulados com o objetivo de fornecer uma base conceitual adequada para a possibilidade do discurso falso. Para tanto, proporemos uma interpretação para a solução que Platão oferece no diálogo *Sofista* a este problema. Por meio da análise crítica dos principais comentadores, pretendemos expor as dificuldades existentes na tentativa de compreensão desta passagem do diálogo indicando uma possibilidade de solução para algumas destas dificuldades.

## **Palavras-chave**

Platão; Parmênides; Ontologia; Falsidade; Teoria Referencial da Linguagem; Paradoxos.

## **Abstract**

Brandão, Renato Matoso R. G.. **The Problem of False Speech** . Rio de Janeiro, 2009. 89p. MSc. Dissertation - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes a certain kind of arguments against the possibility of false speech. From the central fragments of Parmenides's poem it will be presented an interpretation of the relationship between Parmenides's arguments and the Sophist's thesis against the possibility of false speech. In addition, it will be provided Plato's argument in favor of the possibility of saying something false and yet meaningful. Plato's argument is offered in the dialogue *Sophist* and by the analysis of the commentators it will be presented the difficulties of interpretation and a way for solving these difficulties.

## **Keywords**

Plato; Parmenides; Ontology; Falsity; Referential Theory of Language; Paradoxes.

## Sumário

1. Introdução	10
2. O VERBO SER GREGO: εἶναι	12
2.1. O ASPECTO VERITATIVO	16
2.2. A QUESTÃO DO SENTIDO EXISTENCIAL	23
3. Parmênides e o Problema da Falsidade no Discurso.	28
3.1. As Teses de Parmênides	30
3.2. O Sujeito das Teses de Parmênides	47
3.3. Forma Lógica e os Sujeitos de Parmênides	50
3.4. As teses de Parmênides Revisitadas	54
4. O Problema da Falsidade no Discurso, Segundo o <i>Sofista</i> de Platão	61
4.1. A Análise do Problema da Falsidade	66
4.2. A Insuficiência da Predicação Negativa para Solucionar o Problema da Falsidade.	75
4.3. O <i>Sofista</i> sem Predicação Negativa	78
4.4. O Uso Veritativo: uma Possível Solução	82
5. Conclusão	85
6. Referências Bibliográficas	87



*Ao longo de meu desenvolvimento filosófico, (...), mantive a despeito das mudanças, determinadas crenças fundamentais, que não sei como demonstrar, mas das quais não consigo duvidar. A primeira delas, que me parece tão óbvia que me envergonharia mencioná-la, não fosse a circunstância da existência da opinião contrária, é que a “verdade” depende de alguma relação com o “fato”*

*Bertrand Russell – Meu Desenvolvimento Filosófico*

Esta dissertação pretende oferecer uma análise para um determinado grupo de argumentos contra a possibilidade do discurso falso, tal como formulados no período clássico da filosofia. Além disso, pretende expor um dos argumentos formulados com o objetivo de fornecer uma base conceitual adequada para a possibilidade do discurso falso.

Com efeito, primeiramente, procuramos estabelecer os pressupostos e implicações filosóficas decorrentes de uma certa compreensão da relação entre linguagem e realidade que fornece subsídios para o surgimento de argumentos contra a possibilidade de se dizer algo que possua sentido sem, contudo, ser uma afirmação verdadeira. Para que estes pressupostos possam ser estabelecidos, serão expostas teorias acerca dos usos e sentidos do verbo “ser” grego. Esta exposição tem como objetivo fornecer o material teórico necessário para uma melhor interpretação das passagens de autores gregos analisadas, além de apresentar alguns dos valores pré-filosóficos do verbo “ser” que teriam influenciado a compreensão dos filósofos gregos acerca da relação entre linguagem e realidade. Consideramos inevitável o uso (anacrônico) do aparato lógico moderno na tentativa de compreensão do pensamento dos filósofos antigos. No entanto, uma forte tendência platônica nos leva a crer que tanto os antigos quanto nós, contemporâneos, estamos tratando da mesma realidade e que, a despeito das diferentes perspectivas, os problemas fundamentais ligados à relação linguagem-realidade continuam os mesmos.

Dentre o grupo de argumentos contra a possibilidade do discurso, a dissertação limitar-se-á àqueles que remetem ao poema de Parmênides. Como sabemos, as teses de Parmênides, formuladas principalmente no fragmento 2DK de seu poema, serviram como base conceitual para o argumento sofisticado segundo o qual não há enunciado falso. A partir da apresentação das teses de Parmênides, será investigada a relação entre estas teses e os argumentos sofisticados contra a

possibilidade do discurso falso, com a finalidade de oferecer uma interpretação do argumento de Parmênides baseado nesta relação.

Por fim, apresentaremos uma interpretação para a solução de Platão para o problema da falsidade no discurso, contida no diálogo *Sofista* (254-264). Por meio da análise crítica dos principais comentadores, pretendemos expor as dificuldades existentes na tentativa de compreensão desta passagem do diálogo. Indicaremos, ainda, uma possibilidade de solução para algumas destas dificuldades.

Apesar desta dissertação tratar de dois textos bastante famosos por suas implicações mútuas, e bastante relacionados por comentadores, não ofereceremos uma interpretação para relação entre o poema de Parmênides e o diálogo *Sofista*. Deixamos ao leitor a tarefa de extrair de cada capítulo, em que estes textos são tratados separadamente, as devidas implicações possíveis.

O estudo detalhado do verbo “ser” tem sido de muito valor para os comentadores de filosofia antiga e tem colaborado para o esclarecimento de uma série de questões de caráter tanto textual quanto filosófico. Como sabemos, o verbo “ser” e seus derivados possuem papel fundamental na construção do vocabulário filosófico e, particularmente, a importância dada aos seus derivados nominais nos textos clássicos da filosofia torna necessário o desenvolvimento de uma teoria geral para compreensão das ocorrências deste verbo. Somente devidamente amparados por uma teoria lingüística adequada, os comentadores de filosofia antiga podem compreender o emprego destes termos em textos clássicos, assim como as implicações filosóficas decorrentes. Neste capítulo, o estudo destas particularidades da língua grega tem como objetivo a compreensão dos valores pré-filosóficos presentes no verbo que deu origem à palavra “ontologia”. Nossa intenção é apresentar algumas das teorias mais recentes com relação ao uso do verbo grego εἶναι para, desta maneira, fornecer as bases para o estudo dos textos de Parmênides e Platão que serão abordados nos capítulos seguintes.

Se passarmos em revista toda a história da filosofia, muito dificilmente encontraremos uma palavra que tenha alcançado tanta importância quanto “ser”. O conceito de Ser surge junto com a própria filosofia e vem recebendo singular atenção até os dias de hoje, vide a importância do conceito de “ser-aí”, *Dasein*, de Heidegger. No entanto, é inegável que a tradição analítica surgida a partir dos desenvolvimentos da lógica moderna vê este conceito com desconfiança. A principal crítica desferida contra o conceito de Ser baseia-se na alegação de que este conceito foi forjado a partir da confusão entre os vários usos do verbo “ser” que a lógica distingue, mas que os filósofos foram incapazes de distinguir. Dentre estes usos distintos do verbo, dois tornaram-se amplamente reconhecidos por parte dos lingüistas e gramáticos, figurando como os principais usos do verbo “ser”. São eles o uso predicativo e o uso existencial. O uso predicativo representa o verbo na sua forma incompleta (X é Y). Nesta forma, o verbo “ser” é

tradicionalmente compreendido como uma cópula, isto é: como artifício formal empregado para relacionar dois conceitos, sem acréscimo algum no significado da sentença. Assim, quando usado em sentenças do tipo “João é alto”, o verbo “ser” não apresentaria conteúdo semântico independente, servindo apenas para afirmar que o predicado “alto” aplica-se ao sujeito da predicação. No uso existencial, contudo, o verbo possuiria significado específico. Sendo apresentado na forma absoluta ou completa (X é), sem complemento para o verbo, o verbo “ser” atribui existência a um indivíduo, objeto ou conceito.

O reconhecimento desta distinção entre usos do verbo “ser”, tornou-se a base para a análise lingüística deste verbo. O vocabulário existencial e copulativo remonta, ao menos, aos lógicos da Idade Média<sup>1</sup>. Já o uso destes termos em parêntese, encontra-se em Hermann que, em 1801, propôs uma diferenciação no emprego do acento no verbo grego segundo a função do verbo na frase. (cf:HINTIKKA,2006) No entanto, esta distinção, assim como a atribuição da falta de seu reconhecimento por parte dos filósofos, tornou-se usual a partir de John Stuart Mill que sustentou que “muitos volumes poderiam ser preenchidos com as frívolas especulações referentes à natureza do “ser” ..., que surgiram do fato de se ter passado por cima deste duplo sentido do verbo *ser*” (Logic I, iv, i *apud*: KAHN,1997) O que parece ser novo na distinção de Mill é a afirmação do paralelismo entre construção completa e sentido existencial, por um lado, e construção incompleta e cópula, por outro lado. Além disso, Mill é, provavelmente, o primeiro a tratar estas diferenças de usos como *ambigüidades* do verbo “ser” que contaminaram a reflexão filosófica. Há uma diferença entre uma palavra possuir vários sentidos e uma palavra ser ambígua. Quando dizemos: “Sebastião é primo de João” e “2 é um número primo”, estamos fazendo dois usos não ambíguos de uma mesma palavra, estes usos são perfeitamente distintos devido à função da palavra “primo” em cada contexto. Atribuir ambigüidade, no entanto, implica a existência de casos onde o sentido do termo não pode ser estabelecido com precisão, mesmo com a ajuda do contexto de enunciação.

A partir da distinção sintática entre o uso absoluto e o uso predicativo do verbo, Mill propôs um paralelo semântico. Segundo ele, *sempre* que o verbo

---

<sup>1</sup> Abelardo parece ter introduzido a terminologia para cópula. Já a terminologia para existência é formulada, provavelmente, pela primeira vez no esse existentie de Duns Scotus. (cf:KAHN,1997c)

estivesse em uma construção absoluta (*X é*) seu significado seria *existir e sempre* que o verbo estivesse em uma construção predicativa (*X é Y*) seu valor seria o de uma cópula destituída de significado. Tal dicotomia tornou-se clássica e sua influência pode ser notada tanto nas gramáticas descritivas da língua grega, quanto nos comentários das obras dos filósofos antigos. O caso mais claro desta influência está na teoria lingüística segundo a qual o indo-europeu não possuía um verbo para função copulativa originalmente e o sentido existencial era o único significado do verbo “ser”. Segundo esta teoria, a função copulativa surge da exigência formal de que toda oração deve possuir um verbo finito<sup>2</sup>.

A partir das descobertas introduzidas por Charles H. Kahn, esta dicotomia foi questionada e o estudo do verbo “ser” grego tornou-se imensamente mais complexo. Alternando entre descobertas filológicas e implicações filosóficas, Kahn propôs uma nova linha de interpretação para o estudo do verbo “ser”. Sua compreensão das funções exercidas por este verbo, além de extrapolar os limites da dicotomia de Mill, incorporava conceitos novos da lingüística como a teoria transformacional de Zellig Harris e as gramáticas gerativas de Chomsky. Kahn critica a dicotomia de Mill tanto no âmbito sintático quanto semântico, formulando uma nova teoria para compreensão dos usos do verbo εἶναι em textos antigos.

Helenistas consagrados como Cornford, Burnet, Gomperz e Campbell interpretaram os textos de Platão, Aristóteles, Parmênides e todos os outros pensadores clássicos com base na teoria tradicional construída a partir da dicotomia de Mill. Isto os levou a vários problemas de análise sintática, assim como, à algumas interpretações bastante criticáveis. É até mesmo impressionante como estes estudiosos conseguiram entender textos tão difíceis com base em uma teoria tão simplificadora com relação aos usos do verbo “ser”.

Toda a teoria proposta por Kahn para a compreensão do verbo “ser” grego possui valor filosófico. Contudo, alguns valores do verbo, explicitados em sua teoria, mostram-se fundamentais para o entendimento da construção do vocabulário filosófico. Destacaremos aqui os aspectos que consideramos mais importantes para uma compreensão adequada dos textos clássicos da filosofia que

---

<sup>2</sup> Tal teoria é defendida, por exemplo, por Meillet e adotada por grande parte dos lingüistas da primeira metade do século XX. (cf.:KAHN & VERHAAR, 1997)

possuem discussões acerca dos termos “o que é”, “o ser”, “o não ser” e que, posteriormente, foram agrupados sob o nome de “ontologia grega”.

## 2.1 O ASPECTO VERITATIVO

A ampla pesquisa realizada por Kahn e outros filólogos, com base em textos gregos antigos, registrou a ocorrência de um grande número de casos onde o valor do verbo “ser” está ligado à noção de verdade dos fatos ou de proposições. Expressões idiomáticas pré-filosóficas, como o uso cristalizado do particípio no dativo “τῷ ὄντι”, existente no dialeto ático para dizer “verdadeiramente, realmente”, são bastante comuns em grego antigo. O uso destas expressões já era bastante documentado, a edição de 1888 do Liddell & Scott’s registra as ocorrências de “ser” em oposição à “parecer”, citando “τοῦ εἰρηστα ἰστορίῳ”, (*a verdadeira história*) de Heródoto, além da expressão no dativo do particípio. Só em Heródoto, o léxico de Powell (POWELL,1977) lista dez ocorrências da expressão idiomática. Como por exemplo, quando Créso pergunta a Sólon quem é o mais feliz dos mortais e o sábio ateniense “usando da verdade” (τῷ ὄντι χρησάμενος) responde: Telos de Atenas<sup>3</sup> Nos diálogos de Platão encontra-se, abundantemente, o uso do verbo finito como forma de assentimento em “εἴ τι ταῦτα” (estas coisas são assim). No entanto, a teoria tradicional não privilegiava estas expressões em seu esquema conceitual. Antes disto, tendia a compreender expressões semelhantes a estas como ocorrências de um uso existencial. Esta predileção pelo existencial tem sua origem no paralelo sintático-semântico proposto por Mill. Como as expressões “το/ εἶναι” de Parmênides e “το/ οἶναι” em Platão apresentam o verbo em uma construção absoluta, seguindo o paralelo de Mill, impõe-se o sentido existencial. Entretanto, a tradução destas expressões por “o existente”, ou “o que existe”, apesar de representar a posição de grandes helenistas do século passado, mostra-se como a fonte de uma série de problemas de interpretação.

---

<sup>3</sup> Σόλων δὲ οὐδὲν ὑποθεπέυσας, ἀλλὰ τῷ ὄντι χρησάμενος, λέγει·  
»Ω βασιλεῦ, Τέλλων Ἀθηναίων.» (Heródoto 1 30.15)



Uma breve reflexão nos leva a constatação de que este uso veritativo do verbo “ser” é comum também em português. O mais claro exemplo surge quando, usando uma construção na forma absoluta e com sujeito subentendido, perguntamos “é ou não é?” para que alguém confirme a veracidade daquilo que estamos dizendo. Em grego, os casos paradigmáticos, e desde sempre conhecidos, também aparecem na forma absoluta, isto é: sem complemento para o verbo. Contudo, um uso enfático do verbo “ser” em uma predicação pode ressaltar o aspecto veritativo do verbo, ressaltando a pretensão de verdade da sentença. Este é o caso do exemplo oferecido por Aristóteles no capítulo D da *Metafísica*. Neste capítulo, Aristóteles expõe os sentidos que algumas palavras de seu léxico filosófico podem adquirir. No tópico referente ao “ser” ou “o que é”, το( οη, Aristóteles assinala que εἶναι e ἔστιν podem significar “é verdade” e a negação “é falso”<sup>4</sup>. O exemplo oferecido encontra-se na forma predicativa “Sócrates é culto”, com o verbo “ser” em uma posição enfática inicial: ἔστι Σωκράτης μουσικός. Vale lembrar que o uso do verbo “ser” em uma predicação como esta não é obrigatório em grego. A sentença com o verbo “ser” omitido: Σωκράτης μουσικός é perfeitamente possível e receberia a mesma tradução. Portanto, pelo que diz Aristóteles, se fazemos uso do verbo, destacando-o, estamos ressaltando a certeza que temos na verdade do que é dito. A estreita relação entre o aspecto veritativo e o uso predicativo é sugerida, de forma patente, pela pretensão de verdade contida em toda predicação no indicativo, desde que a predicação não esteja em uma disjunção ou em uma condicional, quando a pretensão de verdade das partes de uma proposição passa a estar em função da pretensão de verdade da proposição como um todo.

Esta estreita relação entre o sentido veritativo e a forma predicativa é bastante ressaltada por Kahn. De fato, Kahn reconhece como um dos dados mais importantes para a postulação de um sentido veritativo para o verbo “ser”, a constatação de que as construções na forma absoluta do verbo (X é) possuem, na imensa maioria das vezes, sujeitos proposicionais. Isto é, o X (em X é) representa uma proposição completa (do tipo  $a$  é F) e não um objeto como sugere uma leitura existencial, afinal, nós atribuímos existência a indivíduos e não a fatos ou

---

<sup>4</sup> ἔτι τὸ εἶναι σημαίνει καὶ τὸ ἔστιν ὅτι ἀληθές, τὸ δὲ μὴ εἶναι ὅτι οὐκ ἀληθές ἀλλὰ ψεῦδος, (Met 1017 a.31)

proposições. Em português, quando pronunciamos a pergunta “é ou não é?”, estamos omitindo o sujeito da proposição, entretanto, é facilmente constatável que se trata de um sujeito na forma proposicional. Neste uso inegavelmente veritativo do verbo, o que queremos saber é se acaso o conteúdo de uma alegação “é ou não é” verdadeiro. Ora, este conteúdo é necessariamente proposicional, pois verdade e falsidade são aplicáveis a proposições e não a indivíduos ou objetos. Quando dizemos que alguém ou algum objeto é falso, estamos querendo dizer que ele não é confiável, porque pode nos levar ao engano, ou não é o que parece, porque não possui todas as propriedades que um verdadeiro objeto deste tipo deveria possuir. Em todo caso, novamente, somos levados a considerar um conteúdo proposicional, mesmo que este conteúdo esteja subentendido. Isto significa que, mesmo quando usado em uma construção absoluta, o uso veritativo do verbo “ser” possui uma predicação a ele relacionada. Kahn vai além, ao afirmar que a função básica e primordial do verbo “ser” é a função copulativa e que, até mesmo o sentido veritativo, deriva do uso do verbo na forma predicativa.

Kahn propõe uma completa mudança de perspectiva ao propor que este aspecto veritativo, e a forma predicativa a ele vinculada, devam ser tomados como fundamentais. Isto porque, anteriormente, a construção absoluta e o aspecto existencial eram tomados como primordiais, e o uso do verbo finito na forma predicativa era visto como um mero respeito à norma. O sentido existencial representava, a bem dizer, o único sentido do verbo, tendo em vista que o verbo não possui significado em seu uso copulativo, servindo apenas para relacionar dois conceitos (sujeito e predicativo).

Pesquisas realizadas por lingüistas mostraram que o aspecto veritativo está presente não só no verbo grego como também na própria raiz *\*es* do indo-europeu. Expressões similares são encontradas em grande parte das línguas indo-européias. Da mesma forma, o uso copulativo do verbo “ser” é expressivamente predominante em textos antigos. Em Homero, por exemplo, representa oitenta por cento dos usos do verbo. (KAHN1997:47) A teoria lingüística tradicional segundo a qual o uso existencial surgiu primeiro e a cópula foi introduzida posteriormente para veicular certas informações ligadas ao verbo (como tempo, pessoa, modo), ou mesmo para respeitar a regra de que toda frase deve possuir um verbo, mostra-se falsa. Sua veracidade depende da idéia, aparentemente absurda, de uma língua indo-européia sem verbo copulativo.

A introdução destas inovações na compreensão dos usos do verbo “ser” grego tem sido de enorme valor para os exegetas de textos filosóficos. A partir de então, foram revistos fragmentos e passagens onde a antiga análise do verbo, simplificada pela dicotomia de Mill, não mais servia como suporte para interpretação. Como exemplo, temos a famosa frase de abertura da obra de Protágoras “*Sobre a verdade*”:

“*O homem é a medida de todas as coisas, do que é, que é, do que não é, que não é.*”

᾽πάντων χρημάτων μέτρον ἐστὶν ἄνθρωπος, τῶν μὲν ὄντων ὡς ἔστιν, τῶν δὲ οὐκ ὄντων ὡς οὐκ ἔστιν’.

A interpretação tradicional, que inclui grandes helenistas como Burnet, Zeller, Gomperz e Campbell, atribui um sentido existencial para estes usos do verbo<sup>5</sup>, devido a sua ocorrência na forma absoluta. A interpretação que atribui valor veritativo ao verbo e o traduz como *ser o caso, ser o fato* mostra-se, no entanto, muito mais persuasiva. A leitura do fragmento como: “*o homem é a medida de todas as coisas, do que é (o caso) que é (o caso) do que não é (o caso)...*”, além de tornar o fragmento mais adequado à frase de abertura de uma obra intitulada *Sobre a verdade*, faz com que o fragmento expresse corretamente a teoria de Protágoras, na qual os homens são a medida da verdade de todos os fatos, ou fatos alegados, e não só de questões de existência.

Outro argumento para a leitura veritativa do fragmento é que tal leitura torna perfeitamente natural a explicação dada por Platão, no *Teeteto*, a este *dictum*: “como cada coisa parece para mim, tal é para mim, como parece para ti, tal é para ti”.<sup>6</sup> É digno de nota que, para explicar o *dictum* onde o verbo aparece na forma absoluta, Platão faz uso de uma construção predicativa.

O aspecto veritativo, em conjunto com a construção predicativa, torna-se ainda mais relevante quando percebemos que, de um ponto de vista antes lógico que cronológico, os outros usos do verbo podem ser derivados deste sentido central. De um ponto de vista sintático, o aspecto veritativo engloba ambos os pólos da distinção entre: uso absoluto (X é) e incompleto (X é Y). Isto é

<sup>5</sup> Salvo, é claro, a primeira ocorrência, na qual o verbo apresenta um uso predicativo.

<sup>6</sup> ὡς οἷα μὲν ἕκαστα ἐμοὶ φαίνεται, τοιαῦτα μὲν ἔστιν ἐμοί, οἷα δὲ σοί, τοιαῦτα δὲ αὖ σοί. (Theaet. 151E)

comprovado pelo fato de que, apesar de normalmente expresso em uma construção absoluta, o uso veritativo implica um sujeito proposicional obliterado que, caso estivesse explícito, seria apresentado na forma predicativa. Além disso, o uso veritativo tem seu significado conceitualmente relacionado com a forma predicativa e a pretensão de verdade contida em toda predicação.

Do ponto de vista semântico, os outros usos do verbo podem facilmente ser derivados deste uso primordial. O uso existencial pode ser derivado a partir de uma ênfase no sujeito da predicação, como na leitura consagrada pela lógica dos predicados: existe *a*, tal que F de *a*. Aqui, o existencial poderia ser omitido sem prejuízo: considere a diferença entre “João anda” e “João existe e João anda”. Uma ênfase no sujeito, contudo, levaria a noção de que, se alguma proposição é verdadeira sobre este sujeito, então, este sujeito existe. Um predicativo enfático também pode ser usado para expressar “identidade<sup>7</sup>” que pode ser entendida como um caso especial de predicação, a saber: o caso em que todos os atributos pertencentes àquilo que está antes do verbo também pertencem àquilo que está após o verbo.

Há, ainda, outro fato gramatical que se relaciona com o uso veritativo e que parece ter influenciado o surgimento do vocabulário filosófico grego. Como sabemos, os verbos gregos possuem até três radicais distintos: um para o perfeito e mais-que-perfeito, outro para o aoristo e outro para o presente e o pretérito-imperfeito. A mudança de radical representa, no âmbito semântico, uma mudança aspectual no emprego do verbo. Cada radical representa um ponto de vista a partir do qual a ação ou estado é considerado. Assim, o radical do presente-imperfeito representa a ação como durativa ou inacabada, uma ação que se desenvolve no tempo ou um estado que dura. O radical do aoristo, em contraste com o radical presente, representa a ação como pontual, isto é sem duração no tempo, ou mesmo a pura ação sem consideração temporal (como no aoristo gnômico). O radical do perfeito representa uma ação completa ou o resultado presente de uma ação passada, como o estado alcançado ao término da ação. (cf:SMYTH,1984:412) A maioria dos verbos gregos possuem todos os três radicais. No entanto, alguns verbos, devido ao seu valor semântico, podem não possuir alguns destes radicais.

---

<sup>7</sup> Outro dos sentidos básicos do verbo “ser”. Este sentido foi reconhecido e destacado por Frege e Russell que, aparentemente, também aderem à tese de que a falta destas distinções levou a tradição metafísica a enganos e argumentos falaciosos.

Este é o caso do verbo εἶναι que só possui o radical presente-imperfeito, aquele que representa a ação como durativa, persistindo no tempo. Todos os tempos do verbo “ser” grego (presente, imperfeito e futuro) derivam deste mesmo radical. Isto oferece uma carga semântica ligada à noção de duração e estabilidade ao verbo “ser”. No português, esta noção de estabilidade é ressaltada, sobretudo, no contraste entre “ser-estar”. Entretanto, o nosso verbo “ser” somou formas derivadas de outro radical (*fui, futurum*) ao radical *esse*. Assim, mantemos as formas do radical durativo nos tempos presente, e pretérito-imperfeito (é, era), exatamente como no grego, mas acrescentamos as formas do perfeito e mais-que-perfeito (foi, fora) para completar a lacuna deixada pela ausência deste radical no sistema do *esse*.<sup>8</sup> Como resultado, enfraquecemos o aspecto durativo presente no verbo em grego que, diga-se de passagem, mantém-se no grego moderno.

Bem, qual relação este fato morfo-semântico possui com a formação do vocabulário filosófico? Em primeiro lugar, se lembrarmos que a busca por um princípio eterno e imutável permeia o texto de todos os pré-socráticos, poderemos ver o quão importante esta noção de eternidade duradoura e estável é para o surgimento da filosofia. A busca por uma ἀρχή/ eterna e imutável está presente desde o ἄπειρον de Anaximandro e tem sua mais explícita formulação em Parmênides. O ser (εἶναι) de Parmênides é tanto não gerado (ἀγενῆτον) quanto não perecível (ἀθωμῆτον). Eternamente durável e sendo desde sempre o mesmo, este conceito supera o paradigma grego de duração representado pelos deuses. Afinal, apesar de imortais, os deuses tiveram um surgimento, como conta a *Teogonia*. Esta ênfase na estabilidade e eternidade surge ao Parmênides contrastar εἶναι com γίγνεται, o verbo que fornece um aoristo para εἶναι e que é normalmente traduzido por “tornar-se”. Este verbo tem seu sentido ligado à noção de atingir um novo estado, ao nascimento de alguma coisa ou ao surgimento de um novo evento. Neste contraste, o verbo εἶναι carrega a noção de estabilidade duradoura em oposição ao surgimento e a mudança. Ora, qualquer um que tenha passado por uma aula de introdução à filosofia sabe o quão caras são as noções de verdade atemporal e estabilidade para filósofos como Platão, Parmênides e Aristóteles.

---

<sup>8</sup> Além disso, acrescentamos as formas derivadas de *sedere* que, em latim, significa sentar-se, estar sentado e que também possui um caráter de permanência em oposição aos verbos de



## 2.2 A QUESTÃO DO SENTIDO EXISTENCIAL

Outra tese igualmente inovadora desenvolvida por Kahn, relaciona-se com importantes questões filosóficas e tem sido matéria de debate entre os comentadores de textos da tradição grega. Trata-se da teoria segundo a qual o conceito de existência, tal como nós o compreendemos, não emerge como um tópico distinto nas discussões dos filósofos gregos da antiguidade.

Para compreendermos esta afirmação devemos, primeiramente, esclarecer o que entendemos por “o conceito de existência tal como nós compreendemos”. Sem entrarmos no confuso tema acerca do conteúdo preciso da palavra “existência”, podemos entender por “existência”, a idéia expressa por sentenças do tipo “Será que existem fantasmas?”, “Papai Noel não existe.”, “Existe vida em Marte!”. Trata-se da noção, muito básica e talvez por isso difícil de definir, de afirmar ou negar que alguém ou algum objeto é real, efetivamente existente. Esta noção está claramente presente na dúvida cartesiana acerca da existência do mundo exterior, assim como na certeza do *Cogito ergo sum* “Penso, logo existo”. Pois é exatamente este tipo de existencial puro, que simplesmente afirma ou nega a existência de algum termo (singular ou geral), que Kahn afirma ser um desenvolvimento tardio, ausente dos textos mais antigos da tradição grega. Esta afirmação está de acordo com os resultados de sua pesquisa com relação aos usos do verbo “ser” e com sua caracterização do aspecto veritativo como primordial para compreensão dos usos deste verbo.

Afirmar que o conceito de existência não possuía papel preponderante no pensamento grego não significa dizer que os gregos não possuíam uma maneira de expressar existência, que não podiam perguntar se existem deuses ou unicórnios. A questão é que, nos textos mais antigos, e isso inclui figuras como Homero, Heródoto e muito provavelmente Parmênides, não aparece este tipo de “existencial puro”. “Os existenciais puros mais antigos são da época dos sofistas e eles quase sempre dizem respeito à existência de deuses.” (KAHN, 1997:179) O primeiro caso indubitável de existencial “puro” encontra-se, provavelmente, em

Protágoras. Segundo Diógenes Laércio, Protágoras afirmava não ter conhecimento acerca dos deuses, se existem ou não (εἶσιν, οὐκ εἶσιν), ou que aspecto têm.<sup>9</sup> Segundo Kahn, este tipo de existencial, sem nenhuma referência explícita a um contexto predicativo, não pode ser encontrado em Homero e suas primeiras aparições encontram-se em especulações sofisticadas da segunda metade do século V. (KAHN,1997:179)

Os casos de existenciais que aparecem em Homero e Heródoto, no entanto, estão ligados a contextos predicativos onde a afirmação da existência de um sujeito é complementada por uma predicação acerca deste sujeito. Estes casos são apresentados em algumas poucas formas definidas. A primeira delas trata-se de uma sentença sem sujeito explícito, complementada por uma oração relativa: “Há alguém que faz tal e tal coisa, Não há alguém que ...” (οὐκ) εἶσιν οἱ τίς + oração relativa’. Kahn conta apenas 4 usos deste tipo entre os 562 usos do verbo “ser” nos doze primeiros livros da *Ilíada*. Neste uso mais antigo, aquilo que tendemos a considerar como um existencial, tem como objetivo, não afirmar ou negar a existência de alguma coisa *simpliciter*, mas apresentar um sujeito para uma predicação posterior. Desta forma, este tipo de existencial está subordinado ao contexto de uma predicação, como em “Há alguém *que me traiu*” ou “Não há alguém *que possa lutar contra os deuses*”. Note que o existencial, nestes casos, é quase supérfluo podendo ser substituído por um sujeito indefinido, como em “Alguém me traiu”.

Este tipo de existencial ligado, submetido a um contexto predicativo, está em evidente analogia com a fórmula atualmente empregada  $\exists(a)Fa$ , “existe um  $a$  tal que: F de  $a$ ”. Nesta fórmula, a afirmação da existência de  $a$  aparece como uma parte de uma predicação completa onde algo é afirmado acerca deste  $a$ . Dificilmente faria sentido afirmar a existência de  $a$  sem a atribuição de alguma propriedade.

Há ainda um outro uso do verbo “ser”, expressivamente mais comum nos textos mais antigos, que tenderíamos a considerar como um uso existencial. Trata-se de casos como:

---

<sup>9</sup> περὶ μὲν θεῶν οὐκ ἔχω εἰδέναι, οὐθ' ὡς εἶσιν οὐθ' ὡς οὐκ εἶσιν οὐθ' ὅποιοί τινες ἰδέαν (frag.4)



(a) “Há uma cidade Éfiro (ἔστι πόλις Ἐφύρη), em um recanto de Argos, nutridora de cavalos.”

<ἔστι πόλις Ἐφύρη μυχῶ Ἄργεος ἵποβοτοιο>(Ilíada VI, 152)

(b) “Há um certo Sócrates, (ἔστιν τις Σωκράτης) um homem sábio (...) que torna mais forte o argumento mais fraco.”

< ἔστιν τις Σωκράτης σοφὸς ἀνὴρ, (...) καὶ τὸν ἦττω λόγον κρείττω ποιῶν.> (Apo. 18b6)

Nestes exemplos, vemos o verbo “ser” servindo, novamente, para afirmar a existência de alguém ou alguma coisa da qual (de quem) afirmaremos algo. O verbo “ser” colocado na posição enfática inicial, como nestes casos, serve para atrair a atenção para o sujeito da frase, um provável motivo para isto é o fato de que o verbo indo-europeu concorda (em número e gênero) com o sujeito da oração. Assim, ao empregar o verbo “ser” no princípio da oração estamos enfatizando o sujeito para deixarmos claro que a função proposicional que se segue (*x* é um homem sábio que torna o argumento mais fraco ...) é, de fato, satisfeita por este sujeito.

Estes usos, no entanto, diferem do tipo acima (Há alguém que ...). Apesar de casos como “Não há alguém que possa lutar contra os deuses.” também estarem ligados a um contexto predicativo, o verbo “ser”, nestas sentenças, não está exercendo sua função primária copulativa. Já nos exemplos (a) e (b) acima, o verbo “ser”, mesmo com sua posição enfática, está claramente servindo como cópula. De fato, as traduções “Sócrates é um certo homem sábio que...” e “Éfiro é uma cidade, em um recanto de Argos, nutridora de cavalos.” estão em perfeito acordo com a sintaxe e o sentido das frases em grego. Podemos ver, inclusive, uma relação de crescente abstração entre estas passagens. Em (a) encontramos uma cópula locativa, isto é: o verbo “ser” liga o sujeito a uma expressão de lugar, servindo não só para ressaltar o sujeito, mas, também, o adjunto adnominal de lugar a ele vinculado: Há uma cidade *lá*, num recanto de Argos (...) Nestes casos, o verbo “ser” apresenta tanto o sujeito quanto o ponto de referência local para a narrativa que se segue. Kahn afirma que estes usos com cópula locativa são maioria, se comparados com os casos do tipo (b) onde não há referência locativa.

(KAHN,1997:171). Ora, podemos facilmente conceber o surgimento de frases do tipo (b) a partir de frases do tipo (a). Frases do tipo (b) são frases do tipo (a) onde o adjunto adnominal de lugar foi omitido. De maneira semelhante, podemos conceber que frases do tipo “Há alguém que me traiu” surgem a partir da abstração de frases do tipo “Há um certo Sócrates, em Atenas, que me traiu”. “Há alguém que me traiu.” pode ser encarada como uma construção surgida a partir de frases do tipo (a) com a omissão do sujeito (sujeito indefinido), e a omissão do lugar onde está este sujeito: “Existe alguém (eu não sei quem, nem onde) que me traiu.”

Se seguirmos nesta linha de raciocínio, veremos que existenciais puros do tipo “Não existem deuses” surgem como afirmando ou negando um sujeito para uma predicação, como nos casos acima, porém uma predicação omitida devido a sua generalidade. Assim, sentenças do tipo “Não existem deuses” são obtidas a partir de sentenças como “Não existem deuses que são imortais e habitam o Olimpo.” A supressão da oração relativa nos existenciais puros leva a um grau de generalidade onde o sujeito é apresentado ou negado para toda predicação posterior, não especificada.

Apesar de Kahn não oferecer este tipo de derivação de uma sentença a partir de outra como uma teoria em lingüística evolutiva, ela oferece sentido a uma série de dados objetivos por ele apresentados. Esta relação de crescente abstração do conteúdo predicativo de uma sentença onde o verbo “ser” apresenta um sentido existencial (vinculado a uma expressão de lugar em (a) e totalmente generalizado nos existenciais puros), relaciona coerentemente os usos do verbo e revela uma característica dos existenciais que passou despercebida durante grande parte da história da filosofia: o fato de que “existência” não é um predicado ordinário, de primeira ordem. Caso os gregos realmente tenham percorrido conceitualmente o caminho indicado por Kahn, torna-se claro o porquê deles não terem caído no engano de considerar a existência como um predicado comum, de primeira ordem, aplicável diretamente a indivíduos e objetos, como em Santo Anselmo. A partir de Frege este engano foi completamente eliminado e o simbolismo da lógica dos predicados passou a utilizar o existencial como um operador sentencial, não como um predicado ordinário. O quantificador existencial da lógica moderna opera sobre a função proposicional a qual está vinculado. Assim,  $\exists(x) Fx$ , afirma que a

função proposicional F aplica-se a pelo menos uma coisa, isto é: que o conjunto das coisas que são F não é vazio. Tudo leva a crer que a noção de existência presente no pensamento grego clássico está relacionada a este tipo de existencial onde o indivíduo é somente apresentado no interior de um contexto predicativo. Portanto, Kanh defende que não podemos encontrar nos textos mais antigos da tradição filosófica uma expressão representando “um conceito unívoco de existência para um sujeito de predicação, como representando um conceito distinto do conteúdo mesmo da predicação (...) se essa ação de pôr, generalizadamente, um sujeito como ‘real’ é o que queremos dizer por existência, então estaria inclinado a negar que tal noção possa ser tomada como certa como uma base para entender o significado do verbo grego.” (KANH,1966:6)

εἶπεν τις ἐξ αὐτῶν, ἴδιος αὐτῶν προφήτης, Κρήτες ἀεὶ ψεῦσται

“Um deles, seu próprio profeta disse: Os cretenses são sempre mentirosos ...”

Epistola a Tito I,12

Como sabemos, o estudo dos pensadores anteriores a Platão oferece grande dificuldade para o leitor moderno. Em parte devido à falta dos textos originais destes pensadores, em parte devido ao excesso de interpretações oferecidas às suas teorias e posições, a compreensão daquilo que foi, realmente, dito por esses homens torna-se uma tarefa quase impossível de ser realizada. No caso de Parmênides, no entanto, podemos ver no conjunto das publicações em torno deste pensador, um grande grupo constituído principalmente de artigos anglo-saxônicos, onde a característica que os une é a atribuição a Parmênides de um argumento que impossibilita o discurso falso e, por consequência, a linguagem.

Pretendemos apresentar, no próximo capítulo, uma interpretação para o problema da falsidade contido no diálogo *Sofista*. Como a formulação deste problema no diálogo está diretamente ligada à figura de Parmênides, podemos estabelecer como válida, ao menos provisoriamente, a hipótese de que as teses de Parmênides podem servir como premissas para um argumento contra a possibilidade do discurso falso. Portanto, selecionaremos dentre as interpretações do poema, somente aquelas que atribuam a Parmênides aquilo que Platão está atribuindo. Assim fazendo, estamos apenas usando o poema e seus comentários, como parte dos dados disponíveis para o estudo do problema da falsidade no discurso. Posteriormente, nos voltaremos para solução oferecida por Platão para este problema, no diálogo *Sofista*.

Assim sendo, o presente capítulo fará uma apresentação da doutrina eleata que, propositalmente, aproxima esta doutrina da exposição contida no *Sofista* acerca do problema da falsidade. Com isso pretendemos expor os argumentos e assunções que teriam levado, se não o próprio Parmênides, alguns dos pensadores da época de Platão a derivar um argumento contra a possibilidade do discurso

falso e, portanto, de todo discurso, a partir do raciocínio contido no poema de Parmênides.

## 3.1

## As Teses de Parmênides

O diálogo *Sofista* serve como fonte para o fragmento 7.1 do poema de Parmênides e este fragmento refere-se à impossibilidade de unir o ser ao não ser:

ou) gar mh̄pote toūto damh̄z̄ einai mh̄l ēphta: a) | a) sul̄ thsd' a)f' ōdou= dizh̄sioj

“Não, pois jamais isso prevalecerá: ser o que não é; tu, porém, afasta o pensamento deste caminho de investigação”.

A importância do fragmento fica evidente quando notamos que nele estão contidos os dois aspectos mais relevantes do poema e mais explorados pelos comentadores de Parmênides: a referência a caminhos do conhecimento ou da investigação (ōdou= dizh̄sioj), a radical separação entre ser (einai) e não ser (mh̄ einai).

A oposição entre ser e não ser está presente por todo o poema e podemos considerar consenso que esta separação radical é uma das premissas que governam o poema. Sua exposição mais evidente encontra-se no fragmento 2, reconhecidamente um fragmento central para compreensão do poema e, dramaticamente, a primeira afirmação da deusa:

εἰ δ' ἄγ' ἐγὼν ἐρέω, κόμισαι δὲ σὺ μῦθον ἀκούσας,  
αἴπερ ὁδοὶ μοῦναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι·

I) ἢ μὲν ὅπως ἔστιν τε καὶ ὡς οὐκ ἔστι μὴ εἶναι,  
Πειθοῦς ἔστι κέλευθος (Ἀληθείηι γὰρ ὀπηδεῖ),

II) ἢ δ' ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἔστι μὴ εἶναι,

τὴν δὴ τοι φράζω παναπευθέα ἔμμεν ἀταρπὸν·  
οὔτε γὰρ ἂν γνοίης τὸ γε μὴ ἐὸν (οὐ γὰρ ἀνυστόν)  
οὔτε φράσαις.

“Vem e eu te direi e tu recebe a palavra que ouviste, os caminhos únicos de investigação que são a pensar:

I) Que é, e que não é não ser, é o caminho da persuasão (pois acompanha a verdade);

II) Que não é, e que necessariamente é não ser, este eu digo é plenamente insondável, pois nem conheceria o que não é (pois não é realizável) nem o dirias”

As questões que se apresentam, naturalmente, a quem lê o fragmento são: qual é o sujeito das sentenças I e II, e ainda: qual o valor das ocorrências do verbo “ser”, nesta passagem? De fato, grande parte das interpretações dadas ao poema pode ser agrupada em torno destas duas questões. Cornford, seguindo a interpretação consagrada para o verbo “ser” em sua forma absoluta, admite um valor existencial. Partindo desta leitura existencial, Cornford argumenta que as características apresentadas no decorrer do poema esclarecem o conteúdo do sujeito desta sentença inicial. Assim, os atributos apresentados no poema: ser uno, indivisível, ingênito e imóvel, referem-se, segundo Cornford, à unidade pitagórica e às teorias cosmológicas, o que aproximaria Parmênides de seus antecessores. (CORNFORD,1939)

Como foi argumentado por Owen (OWEN,1960), o raciocínio empregado por Cornford parte de duas premissas. A primeira afirma, sem argumentação, que o sujeito da sentença II deve ser entendido como τὸ ἐὸν que é traduzido por Cornford como “o existente”. A outra premissa assumida é a de que o sujeito da sentença existe e é unitário. Como corretamente argumentou Owen, além desta interpretação tornar a sentença uma tautologia (o existente existe), ela implica que Parmênides não esteja tentando provar as características daquilo que ele está

entendendo sob o título de “ser”. Para Cornford, tanto “o ser” quanto sua existência e sua unidade são pressupostos do raciocínio contido no poema. Ou seja, se aceitarmos tão facilmente as premissas de Cornford, perdemos o essencial do argumento apresentado no poema, posto que o argumento gira em torno da exposição, justamente, daquilo que Cornford assume como premissas não argumentadas, mas aceitas de antemão. Assumindo que o argumento de Parmênides parte das premissas de que “o ser” é tanto existente quanto indivisível (uno), considerar a unidade pitagórica como sujeito da sentença, tal como Cornford estranhamente acredita, é apenas mais um passo.

No entanto, se aceitarmos a interpretação de Owen, segundo a qual a existência e a unidade do sujeito das sentenças I e II é o resultado da argumentação do poema, ficamos com a pergunta: com o que devemos preencher esta lacuna do sujeito, para que o argumento que se segue faça sentido?

Owen mantém a mesma interpretação existencial para as ocorrências do verbo “ser” presentes na passagem. Contudo, a questão acerca dos sujeitos das sentenças I e II torna-se ainda mais importante em sua interpretação do poema. Segundo Owen, o objetivo mesmo do poema é provar que para questão “Isto existe?” “apenas uma resposta positiva pode ser dada; a negativa é excluída pela alegação de que o que não existe não pode ser distinguido em pensamento ou fala (B 2. 7-8)”. (OWEN,1960:59) O argumento de Parmênides, segundo Owen, parte da equiparação entre “o que não existe” e “nada”, e procura estabelecer que o que quer que possa ser pensado ou dito, necessariamente, existe.

Certamente esta é uma afirmação que demanda um forte argumento para ser aceita, afinal, tanto nós quanto os contemporâneos de Parmênides, estamos acostumados a falar sobre coisas que não existem. Falamos e pensamos sobre o vasto mundo de seres fantasiosos e mitológicos que certamente não existem. Além disso, falamos coisas do tipo: “não existe o homem que possa lutar contra os deuses.”, onde o tal homem é justamente o sujeito lógico da sentença. Por que achar que só podemos falar sobre o que existe? Ou, o que é o mesmo, que tudo sobre o que podemos falar, incluindo as quimeras e o tal homem onipotente, existe.

O argumento de Parmênides parece possuir a força necessária para afirmação que se propõe. A partir da simples premissa de que “o que não existe”



equivale ao “nada”<sup>1</sup>, ele conclui que tudo de que falamos e pensamos existe. Pois se falamos e pensamos sobre X, então, X não é “nada”. E como “nada” = “o que não existe”, por substituição, X não é “o que não existe” e, portanto, é “o que existe”.

O problema acerca da possibilidade de negar coerentemente a existência de alguma coisa ou alguém é, de fato, um problema bastante comum entre filósofos contemporâneos e mais de uma vez foi atribuído aos pensadores clássicos o seu reconhecimento. De maneira geral, o argumento parte da admissão, bastante plausível, de que para que um determinado nome seja legitimamente o sujeito de uma proposição, este nome deve referir-se a alguma coisa na realidade. Isto é plausível porque entendemos que quando dizemos: “Helena é bela”, a palavra “Helena” está no lugar da pessoa que estamos querendo nos referir. Quando não há a pessoa a qual queremos nos referir pela palavra “Helena”, esta palavra perde seu significado. Portanto, uma carência de referência do termo que ocupa o lugar do sujeito de uma proposição nos levaria a uma situação em que estaríamos emitindo uma proposição sem sentido. Pois, aquilo sobre o qual diríamos alguma coisa não é um legítimo sujeito.

Assim, alguém que queira negar a existência de, digamos, “Sací-pererê” estaria em posição de extrema desvantagem: tendo em vista que a própria sentença “Sací-pererê não existe”, sob estas condições, dependeria da existência do Sací-pererê para ter sentido. Ou seja, analisando as sentenças que possuem sujeitos carentes de um objeto ao qual se refiram como sem sentido, estamos tornando sem sentido até mesmo a sentença que nega a existência deste sujeito. Portanto, a sentença “Unicórnios não existem.”, ou bem não possui significado, ou bem possui um referente para a palavra “unicórnios”. Isto parece particularmente estranho porque dizer de uma dada coisa que ela não existe,

---

<sup>1</sup> O fragmento mais usado para estabelecer esta equivalência como uma premissa do poema é Fr.6-9:

χρὴ τὸ λέγειν τε νοεῖν τ' ἐὼν ἔμμεναι· ἔστι γὰρ εἶναι,  
μηδὲν δ' οὐκ ἔστιν· τὰ σ' ἐγὼ φράζεσθαι ἄνωγα.

“É necessário o dizer e o pensar que o ser é: pois é ser;  
nada não é; estas coisas eu te mando considerar”

Nesta passagem, assim como em todas as outras, traduziremos o particípio do verbo εἶναι por “o ser”. Apesar de estarmos traduzindo um particípio por um infinitivo, achamos mais natural do que o uso do particípio “ente”, forjado para estes casos e incomum em português usual. Usaremos, também, “o que é” como tradução para o particípio de εἶναι.

equivale a dizer que seu nome não possui objeto ao qual se refira. (cf.:QUINE,1953)

A posição de Owen pode ser resumida da seguinte forma: acerca da questão do valor do verbo “ser” nas passagens centrais do poema, Owen mantém a interpretação existencial, proposta por Cornford. No entanto, com relação à questão acerca do sujeito relacionado a este verbo, Owen propõe que devemos entendê-lo como um “sujeito formal” que só adquire valor no decorrer da argumentação do poema, onde são expostos seus atributos, a começar pela existência. Sendo assim, ao fim da argumentação, chegamos à conclusão de quais características um sujeito necessita ter para ser, justamente, um legítimo sujeito.

Entendido desta forma, a argumentação de Parmênides apresenta já uma relação entre o argumento do poema e a passagem do *Sofista* onde Parmênides é citado. Como veremos, Platão relaciona Parmênides ao problema da possibilidade do discurso falso. Da maneira como é exposto por Owen, o poema apresenta um argumento contra a possibilidade de um determinado tipo de discurso falso, aquele discurso restrito às afirmações de existência. Pois, como é provada a impossibilidade de se formular um existencial negativo (x não existe) verdadeiro, torna-se impossível, também, a formulação de um existencial positivo falso. Afinal, para que a sentença “unicórnios existem.” seja falsa, a sentença “unicórnios não existem”, necessariamente, deve ser verdadeira, coisa que, como acabamos de ver, mostrou-se impossível.

Em “*The Presocratic Philosophers*”, Kirk e Raven propõem uma interpretação que estende os resultados obtidos por Owen, com relação a sentenças do tipo: “a é (existe)”, às sentenças da forma “a é F”, onde o verbo possui um valor predicativo. Kirk e Raven partem da suposição de que Parmênides não possuía uma clara distinção entre os usos existencial e predicativo do verbo “ser”. Isto é, de alguma maneira não especificada pelos comentadores, Parmênides e seus contemporâneos não possuíam a capacidade de diferenciar uma sentença do tipo “Sócrates existe” de outra do tipo “Sócrates é ateniense”. Dada esta suposta ignorância, o poema estaria afirmando a incapacidade de se emitir qualquer sentença que possuía “não é” como seu constituinte.

A falácia contida no poema estaria em estender uma argumentação válida com relação ao uso existencial (a é), para o uso predicativo (a é F). Concluindo, erradamente, que toda predicação negativa careceria de sentido. Assim sendo,

qualquer sentença envolvendo a fórmula “não-é” estaria banida da linguagem, pois apresentaria em seu interior um absurdo conceitual. Neste tipo de interpretação, todas as sentenças positivas falsas, do tipo “*a é F*”, também seriam proibidas, tendo em vista que sua correspondente negativa verdadeira “*a não é F*”, não poderia ser formulada.

No entanto, esta tese tem sido alvo de severas críticas por parte dos comentadores de textos de filosofia antiga. Autores como Furth em “*Elements of Eleatic Ontology*” combateram esta tese com base na alegação de que ela trata como um equívoco aquilo que, na verdade, é um aspecto do pensamento grego. Furth reconhece a falta de uma distinção precisa entre os dois usos elementares do verbo ser em grego antigo. No entanto, considera que esta falta de distinção faz parte de uma tendência presente na filosofia antiga, ligada a um determinado esquema conceitual mais amplo e que possui, inclusive, outras manifestações.

Segundo Furth, a tendência presente no pensamento antigo de considerar a atribuição de uma propriedade a um objeto como o modelo para asserção de um fato e o reconhecimento de que a estrutura predicativa (sujeito-objeto) possui um paralelo com este modelo, levaram os pensadores da antiguidade a tomar a forma predicativa do verbo “ser” (*a é F*) como “paradigmática para afirmar que qualquer coisa é o caso”. Ao invés de uma mera confusão, a falta de distinção clara entre os usos do verbo “ser” representaria a fusão desta noção de *ser o caso* com a noção de *existência*.

Para Furth, a assimilação entre as noções de *existir* e *ser o caso* presente na maneira unívoca como o verbo “ser” é tratado no período clássico pode ser encontrada em outros termos da língua grega. E esta característica teria levado os pensadores clássicos a assimilar alguns conceitos que, nós modernos, tomamos como distintos. Assim, da mesma maneira que o particípio do verbo “ser” é usado para afirmar a existência de um termo, também é usado para afirmar a verdade de um fato. Furth destaca algumas palavras que são usadas indistintamente, tanto para objetos quanto para fatos de estrutura proposicional.

- 1) ser-o-caso (ὄν) com existência (ὄν).
- 2) fatos (πράγματα,) com objetos (πράγματα,).
- 3) vir-a-ser o caso (γίγνεσθαι) com vir-a-ser = passar a existir (γίγνεσθαι).

Como a argumentação de Parmênides possui este tipo de assimilação como pressuposto, sua noção de ser não pode estar restrita nem à noção de existência, nem à noção de ser alguma coisa, no sentido de ter determinada propriedade (ser um homem, ser verde, etc). No conceito de “ser” exposto por Parmênides estas duas noções estão unidas. Furth ainda afirma que esta assimilação reflete-se nas palavras gregas usadas para aquisição de conhecimento (*gignw̄skein* e *εἰδέναι* ). Estes verbos são usados normalmente para conhecimento direto (*acquaintance*), como quando conhecemos alguém ou algum objeto, e conhecimento proposicional, como quando conhecemos algum fato, respectivamente. No entanto, não são raros exemplos onde *gignw̄skein* é usado para conhecimento proposicional, seguido de preposição com objeto proposicional *gignw̄skein ōti* (saber **que** alguma-coisa). Mesmo sendo mais comum o uso seguido de objeto não proposicional como no famoso dito *gnw̄qi s`auton* (conhece-te a ti mesmo),. Este mesmo tipo de ambigüidade também pode ser encontrada no uso de *εἰδέναι* que, apesar de normalmente introduzir um sujeito proposicional (com *w̄j*, *óti* ou *ei*), “ainda parece manter seu antigo sabor de ‘ter-visto’, o que é visto sendo coisa (pessoa, p.ex.) ou fato indiferenciadamente.” (FURTH,1968:117)

Em português, esta distinção está mais bem traçada pelo par (conhecer-saber): podemos conhecer alguém ou alguma coisa, e sabemos **que** alguma coisa aconteceu ou é verdade. No entanto, a substituição entre os verbos resulta em erro, por exemplo, “Eu *sei* João” e “Eu *conheço* que Helena fugirá para Tróia”, são construções não aceitas. Em grego, a assimilação destas duas formas de compreensão do ato de conhecimento é parcial, mas não total. Por isso, Parmênides e seus contemporâneos ainda tendem a tratar indistintamente propriedades de termos (gerais e singulares) e propriedades de sentenças. Segundo Furth, um exemplo encontra-se na noção de *verdade*. Como há uma tendência em aproximar conhecimento direto e conhecimento proposicional, a fórmula comumente usada para exprimir que algum dito é verdadeiro aplica-se para ambas as formas de conhecimento, indiferenciadamente. Assim, a compreensão da verdade para proposições, aquelas que descrevem o que é (o caso), é assimilada a

compreensão da verdade para termos, entendida como aplicar-se a alguma coisa (denotar algo). E correspondentemente, falsidade para sentenças tende a associar-se com a falta de denotação para termos (não aplicar-se a nada).

Tendo estabelecido sua tese com relação à compreensão geral das ocorrências do verbo “ser” em grego antigo, Furth passa a analisar o conceito de “ser” exposto por Parmênides, com o objetivo de compreender com base em qual argumentação este pensador teria chegado às suas tão famosas quanto paradoxais conclusões. A primeira questão levantada por Furth é acerca de qual tipo de conhecimento o poema trata. Se o próprio Parmênides define suas alternativas como “caminhos de investigação”, nada mais natural do que questionar sobre o que se pretende investigar. Como a compreensão dos usos do verbo “ser” exposta por Furth tem como objetivo aproximar as alternativas que desde há muito vinham sendo apresentadas (existencial e predicativa), sua resposta a esta questão, coerentemente, afirma que a investigação na qual Parmênides está interessado, abarca tanto questões ligadas à afirmação ou negação da existência de algum objeto quanto questões acerca da afirmação ou negação de um fato:

“Por uma investigação sobre ‘o que é’ eu entenderei *qualquer investigação sobre o que é assim, o que é o caso; qualquer procedimento com o objetivo de afirmar os fatos*. Isto pode ser uma investigação sobre se acaso uma determinada coisa existe ou se coisas de um determinado tipo existem, ou se acaso uma coisa possui determinada qualidade” (FURTH,1968:117)

Apesar da tese de Futh estar baseada na assimilação, por parte de Parmênides, dos dois usos fundamentais do verbo “ser”, em sua argumentação, o autor trata separadamente as duas noções e pretende que a analogia entre os dois casos indique a maneira como Parmênides teria raciocinado. Digo “a maneira como Parmênides teria raciocinado” porque é pela invenção de um diálogo com interlocutores imaginários que Furth apresenta o desenvolvimento das hipóteses de Parmênides.

Segundo Furth, podemos compreender boa parte do poema como uma crítica dirigida por Parmênides àqueles que se lançam em uma investigação acerca do “que é”. De tal maneira que o sujeito para as ocorrências do verbo “ser” presentes na disjunção inicial: “é ou não é” (ἔστιν ou οὐκ ἔστιν), devem ser fornecidos pelo interlocutor que pretende expor sua ontologia. Furth inicia a

apresentação do tratamento de Parmênides para questões de existência com a introdução da noção de que a ontologia para uma determinada pessoa é constituída, exclusivamente, por aquilo que esta pessoa acredita que existe. Assim, se Alphides acredita que, digamos, elétrons e fantasmas existem, e que números irracionais não existem, devemos dizer que elétrons e fantasmas são parte de sua ontologia, enquanto números irracionais não.

O cerne da crítica de Parmênides estaria em manter que não é possível, coerentemente, sustentar a parte negativa de uma ontologia, seguindo a mesma linha de raciocínio de Owen. Se alguém afirmasse, por exemplo, que centauros não existem, Parmênides procuraria mostrar que esta afirmação é ou bem sem sentido, ou completamente falsa. Sua argumentação estaria baseada na noção de denotação. O termo geral “centauro” denota alguma coisa somente quando existem centauros, caso não existam centauros, o termo “centauro” não denota coisa alguma, o que imediatamente nos levaria a situação de estarmos tentando nos referir ao “que não é”. Como “o que não é” está equacionado ao nada, pelas premissas de Parmênides, sendo tanto “impensável quanto inominável”, só podemos afirmar que centauros existem, ou reconhecer que, ao negarmos sua existência, estamos pronunciando palavras completamente sem sentido.

Até este ponto não vemos Parmênides fazendo nenhuma afirmação com relação ao que ele acredita existir, até mesmo a afirmação de que mais de uma coisa existe, isto é: que há pluralidade, não é, por enquanto, combatida. As únicas premissas que Parmênides necessita aceitar, para que sua argumentação seja válida, são:

- 1) uma afirmação do tipo “X existe” é verdadeira, somente se há algum X, isto é: se o termo X denota alguma coisa
- 2) para qualquer X, ou bem X é (existe), ou bem X não é (não existe), *tertium non datur*.
- 3) Para qualquer termo (singular ou geral), ter uma denotação é idêntico a ter sentido. Ou seja, a única maneira de um termo possuir sentido é existir alguma coisa na realidade que este termo denote.

Estas três premissas, segundo Furth, estão operando no argumento de Parmênides, e a força deste argumento reside, justamente, no fato de que estas premissas parecem bastante razoáveis. O princípio de não contradição, juntamente

com o princípio do terceiro excluído, impedem que seja apresentada uma alternativa de denotação para termos não existentes<sup>2</sup>. Furth destaca a terceira assunção como sendo particularmente importante na compreensão da doutrina de Parmênides:

“Se um termo singular ou geral carece de denotação, ‘corresponde a (=denota) nada na realidade’, então, ele é tomado como um nome vazio, completamente sem sentido. Esta assunção, eu creio, é a verdadeira raiz da questão, a fonte de toda a doutrina” (FURTH,1968:121)

O tratamento apresentado para a noção predicativa do verbo “ser” segue as mesmas linhas. A argumentação oferecida por Parmênides estender-se-ia agora para, não só o que certa pessoa acredita que existe, mas também para o que “esta pessoa acredita ser o caso, no sentido de quais propriedades ele acredita pertencerem aos objetos que acredita existir”. Novamente, Parmênides não apresenta os possíveis sujeitos (sentenciais, neste caso) para as ocorrências do verbo “ser”. Esta lacuna deve ser preenchida por seus interlocutores. E, novamente, o caminho do não-ser mostra-se insondável. Qualquer predicação negativa do tipo “Platão não está voando”, mostra-se carente de denotação pelo simples fato deste suposto estado de coisas não poder ser encontrado na realidade, tanto quanto um objeto não existente. E, a partir daí, segue-se a mesma conclusão de que caso alguém faça uma predicação negativa, esta pessoa estará, ou bem falando uma falsidade, ou bem dizendo algo completamente sem sentido, tendo em vista que premissas análogas a 1-3 são aceitas por Parmenides:

- 4) “*a é F*” é verdadeiro se, e somente se, é o caso que *a é F*
- 5) dado *a*, ou bem *a é F*, ou bem *a não é F*, *tertium non datur*
- 6) a verdade está para sentenças da mesma maneira que está para termos gerais e singulares, isto é como referindo (ou denotando) alguma coisa que é o caso, e esta é a única variedade de sentido que uma sentença pode ter.

A semelhança de tratamento oferecido para ambos os usos do verbo “ser”, representam, para Furth, um argumento em favor da tese de que ambos os usos são encontrados unidos, em Parmênides. É importante notar que, para Furth, a argumentação apresentada até aqui é suficiente para chegar às conclusões,

---

<sup>2</sup> Barrando, assim, a introdução de teorias do tipo Meinong onde o conjunto de indivíduos existentes é um subconjunto dos indivíduos subsistentes, sendo que os elementos de ambos os conjuntos são considerados como possíveis denotações para termos da linguagem.

aparentemente absurdas, de que “o que é” é uno e indivisível. Como toda predicação negativa e negações de existência estão reduzidas a alegações sem sentido, “Parmênides está na posição de manter que *o pronunciamento de que alguma coisa é afirma o mesmo que o pronunciamento de que alguma outra coisa qualquer é*, pois a necessária especificação da alegada diferença é ininteligível” (FURTH,1968:129) No entanto, para Furth, o fato de Parmênides tratar indiferentemente os usos predicativos e existenciais do verbo “ser” não possui nenhuma relevância em sua argumentação. Se alguma falácia deve ser buscada para explicar os resultados paradoxais aos quais chega este raciocínio, esta falácia deve ser buscada na formulação das premissas ou no decorrer da argumentação. A afirmação de que Parmênides obtém estas conclusões devido a sua confusão com relação aos usos do verbo “ser” tende muito mais a obscurecer do que a esclarecer a questão.

Como já foi observado, a forma como Furth conduz seu argumento não explica muito bem qual é a diferença entre fusão e confusão, com relação aos dois usos do verbo. A única informação que nos é dada com relação a esta diferença é apresentada por meio da analogia com outras palavras comuns em grego antigo de uso ambíguo. O fator de unidade no uso destas palavras é o fato de que elas podem ser usadas tanto para objetos quanto para fatos. Furth inclui entre as palavras de uso ambíguo, ainda, os dois verbos fundamentais para aquisição de conhecimento. E constata nestes verbos o mesmo tipo de assimilação conceitual, assim, *conhecer* o termo *a* é assimilado a *saber que a é F*. Sendo que o que estas formas têm em comum é a noção de denotação, onde denotar significa corresponder a um item presente na realidade. O cerne da argumentação estaria em manter que uma carência de denotação é entendida como correspondendo a (=denota) nada na realidade, o que torna o termo ou a proposição um item lingüístico vazio, completamente sem sentido.

Em *Parmenide's cogito argument*, Hintikka parece concordar com boa parte das alegações de Furth. Tal como Furth, Hintikka afirma que Parmênides não reconhece a distinção entre o conhecimento proposicional e o conhecimento direto. E segue Furth em relacionar este fato à falta de distinção entre os usos do verbo “ser”. Além disso, Hintikka reconhece em Parmênides um modelo de compreensão do ato de conhecimento que toma o pensamento como uma capacidade (*duhamij*) que se realiza em seu objeto. A capacidade cognitiva



humana estaria, portanto, direcionada para um objeto além de si própria e o sucesso de um ato cognitivo residiria no fato do pensamento, de alguma maneira, alcançar este objeto. De fato, parece uma noção bastante natural acreditar que um pensamento verdadeiro é aquele que consegue, de alguma maneira não especificada, alcançar aquilo sobre o que pretendia pensar. A particularidade de Parmênides, segundo Hintikka, está em sustentar “um tipo de dependência conceitual do pensamento sobre seu objeto.” (HINTIKKA,1980:6)

Se um ato cognitivo bem sucedido, que expressa um pensamento verdadeiro, é entendido como um processo onde o pensamento alcança seu objetivo, atinge o objeto visado. Qual modelo poderia representar uma falha no ato de conhecimento? Um pensamento falso, sob o mesmo modelo, seria aquele onde o pensamento não atinge seu objetivo, não alcançando objeto algum. No entanto,

“se a própria natureza do pensamento que pensamento depende de seu objeto, e se o objeto não está lá, nós não podemos (eu estou inclinado a acrescentar: por definição, não podemos) ter um genuíno ato de pensamento. Portanto, o único ato de pensamento possível é aquele que alcança seus objetos. Em outras palavras os únicos pensamentos que se pode pensar são os verdadeiros.” (HINTIKKA,1980:6)

É a partir deste modelo de compreensão do ato de pensamento, somado com a carência de distinção entre os usos do verbo “ser”, que Parmênides pode chegar a sua conclusão de que só há conhecimento verdadeiro. Isto é: para Hintikka, somente por não possuir uma clara noção da diferença entre os sentidos existencial e predicativo do verbo “ser”, Parmênides pode assimilar o conhecimento proposicional ao conhecimento direto e, então, chegar à conclusão de que o objeto (proposicional) do conhecimento deve *existir* para que haja algum conhecimento: “Se eu posso dizer com sentido que ‘isto não é’, o objeto de meu pensamento deve ser algo não existente. Mas meu ato de pensamento não pode ser genuíno se seu objeto não existe.”(HINTIKKA,1980:12)

Hintikka também critica Kirk e Raven afirmando que aquilo que eles tomam como um erro com relação aos usos de verbo “ser” é “meramente um aspecto da estrutura conceitual de Parmênides.”

Em ambos os autores, podemos reconhecer três teses distintas, mas que são apresentadas em conjunto na tentativa de que uma dê suporte à outra. As teses às quais me refiro são:

- 1) Parmênides não possuía uma distinção clara entre os usos existenciais e predicativos do verbo “ser”
- 2) Parmênides não possuía uma distinção clara entre conhecimento proposicional e conhecimento direto. Isto é: não trata diferenciadamente o conhecimento de **que**  $a$  é  $F$  e o conhecimento de  $a$ .
- 3) Parmênides reconhecia certa dependência do pensamento frente ao seu objeto, de tal maneira que, não havendo um objeto ao qual o pensamento possa referir-se (denotar), o pensamento é considerado inválido, sem sentido.

Apesar de estas teses serem expostas em conjunto pelos autores, acreditamos que sejam independentes. Sendo que, particularmente, a primeira das três teses pode ser negada sem prejuízo à compreensão geral do tipo de argumento oferecido por Parmênides.

Como vimos, o modelo tradicional de compreensão para as ocorrências do verbo “ser” em grego antigo, fundado em uma dicotomia que separa as ocorrências em absolutas ( $X$  é) ou incompletas ( $X$  é  $F$ ), dificilmente pode ser tomado como correto. Do mesmo modo, o paralelo semântico que corresponde a esta dicotomia, que toma os usos absolutos como significando existência e os usos incompletos como representando a cópula, deve ser considerado insuficiente para compreensão das ocorrências deste verbo em grego antigo. Os argumentos apresentados por Furth e Hintikka que procuram assimilar as duas formas tradicionais de compreensão do verbo, já tendem a romper com a dicotomia. No entanto, claramente estes dois autores ainda trabalham com base nestas duas opções tradicionais.

Furth, de fato, chega a afirmar que a assimilação por parte de Parmênides dos dois usos do verbo “ser” não possui papel importante na sua exposição do argumento. Além disso, Furth se aproxima de definição veritativa para o verbo “ser”, ao afirmar que por uma investigação sobre ‘o que é’ entende uma investigação sobre o que é assim, o que é o caso, isto é: qualquer procedimento com o objetivo de afirmar os fatos. Onde os fatos investigados podem ser tanto se acaso uma determinada coisa existe, ou se coisas de um determinado tipo existem, ou se acaso uma coisa possui determinada qualidade. (FURTH,1968:117) Hintikka também dá importância a força veritativa que o verbo “ser” recebe no argumento. Apesar de ambos os autores não nomearem o veritativo como o

sentido principal no poema, parecem concordar que o resultado final da argumentação envolve a legitimação do discurso verdadeiro e a negação da possibilidade do discurso falso<sup>3</sup>.

Como sabemos, um dos dados mais importantes para a postulação de um sentido veritativo para o verbo “ser” é a constatação de que os usos absolutos do verbo (X é) possuem, na imensa maioria das vezes, sujeitos proposicionais. Isto é, o X (em X é) representa uma proposição do tipo *a é F* e não um objeto, como sugere uma leitura existencial. Afinal, nós, normalmente, atribuímos existência a indivíduos e não a fatos ou proposições.

Além disso, se aceitarmos os resultados de Kahn, nos vemos forçados a acreditar que dificilmente questões acerca da existência de um termo possam ter despertado o interesse de Parmênides. Por isso, podemos descartar a idéia de que Parmênides tenha se ocupado com o problema dos termos carentes de denotação como ‘o atual rei da França’ ou com a questão acerca do estatuto ontológico das quimeras. No entanto, isto não significa que os pensadores gregos não se interessavam, de modo algum, por questões de referência. A constatação de Kahn de que em grego antigo o sujeito de expressões do tipo ‘X é’ deve ser tomado como um sujeito proposicional e não como um termo singular ou geral nos leva a localizar o interesse de Parmênides em questões acerca da realidade de estados-de-coisas e não de indivíduos.

Ao compreender as teses de Parmênides como uma investigação acerca da validade de estados-de-coisas<sup>4</sup>, e do significado das proposições que os exprime, estamos de acordo com uma leitura veritativa. Pois atribuímos verdade e falsidade a proposições e não a nomes. Portanto, uma leitura veritativa para as ocorrências do verbo “ser” teria como característica essencial a presença de um sujeito proposicional, da forma *a é F*.

De fato, Kahn em *The Thesis of Parmenides* apresenta esta interpretação para o poema. Sua exposição parte da compreensão, bastante comum entre os comentadores, de que os caminhos de investigação apresentados no poema representam a aquisição de conhecimento. Desta maneira, a primeira via (ὄπως

---

<sup>3</sup>“Portanto, o único ato de pensamento possível é aquele que alcança seus objetos. Em outras palavras os únicos pensamentos que se pode pensar são os verdadeiros.” (HINTIKKA,1980:6)

ἔστιν), sendo a via da verdade, pois segue a convicção, representa uma busca bem sucedida, aquela na qual o conhecimento alcança seu objetivo.

Analisada por meio de uma compreensão veritativa do verbo “ser”, a questão acerca do sujeito das sentenças I e II recebe uma nova resposta. Pois, segundo uma interpretação veritativa para o verbo “ser”, o sujeito das sentenças é uma proposição e não um termo. Ora, podemos facilmente constatar que todo conhecimento é expresso na forma proposicional. Sendo assim, Kahn advoga em favor de uma interpretação veritativa, o fato de estar de acordo com a suposição, amplamente difundida, de que os caminhos de investigação (οἶου= *dizh̄sioj*) referem-se a aquisição de conhecimento. Isto teria levado Parmênides a constatar que o sujeito da sentença I, entendido como “o que quer que possamos conhecer ou o que quer que haja para ser conhecido é um fato definido, um real estado de coisas (*an actual state of affairs*)” (KAHN, 1969 :712).

É importante notar que a atribuição de um sentido veritativo para o verbo “ser” na tese inicial de Parmênides mostra-se extremamente adequada ao sentido geral do poema que, desde a antiguidade, foi tomado como versando acerca de questões como verdade, conhecimento, falsidade e opiniões. A adequação mais clara encontra-se na própria afirmação de Parmênides de que o caminho “o que é” é o “caminho da persuasão (pois acompanha a verdade)”. Ora, se adotarmos um valor veritativo para o verbo, sua tese torna-se uma tautologia, uma verdade inegável, afirmando que o caminho do “que é *o caso*” (verdade) acompanha a verdade.

Isto indica porque os antigos achavam tão difícil negar as premissas de Parmênides. A primeira delas afirma algo praticamente incontestável. Parmênides está afirmando que o caminho do conhecimento leva à verdade, aquilo que é o caso. Todos, exceto o mais puro dos céticos, tenderia a concordar que, seja lá qual for o conteúdo do real conhecimento, este conteúdo expressa uma verdade. Já foi notado que nesta afirmação Parmênides está formulando, ao seu modo, aquilo que formulamos como a lei: “*m* sabe que *P*, implica *P*”.<sup>5</sup> Ou seja, a lei segundo a qual, se alguém conhece alguma coisa, então, esta coisa é real.

---

<sup>4</sup> Isto é: entidades de forma lógica proposicional

<sup>5</sup> Hintikka chega a propor que chamemos esta lei de *Lei de Parmênides*, tendo em vista que este parece ter sido o primeiro a formulá-la.

Como decorrência de uma atribuição veritativa para a passagem, temos ainda a constatação de que o sujeito do verbo “ser” é um fato de estrutura proposicional e não um indivíduo como pretendia uma leitura existencial. Kahn apresenta três características que o sujeito da sentença I necessita possuir para preencher devidamente a cláusula de ser o objetivo de uma investigação bem sucedida em busca de conhecimento:

- 1) Deve haver um sujeito existente sobre o qual estamos falando ou conhecendo.
- 2) Deve haver uma predicação que esteja sendo dita acerca deste objeto
- 3) O estado de coisas do qual estamos tratando deve ser real ou existente, para que o processo cognitivo seja verdadeiro.

Apesar de Kahn não atribuir o reconhecimento destas distinções a Parmênides, ele afirma que devemos tê-las em mente para compreender corretamente o poema. Ora, 1) refere-se a um argumento possível para uma função proposicional (o  $a$  presente na fórmula  $a$  é  $F$ ). A característica 2) refere-se ao conteúdo predicativo, expresso pela propriedade  $F$ , atribuída ao objeto  $a$ . E, finalmente, 3) diz respeito a noção de denotação que aqui é vinculada à proposição completa ( $a$  é  $F$ ) e afirma a necessidade de um “estado-de-coisas” real correspondente a uma determinada proposição, para que esta proposição seja verdadeira. Há, portanto, nesta interpretação, a aplicação da noção de referência em dois níveis distintos, tanto para termos e objetos (possíveis sujeitos para uma predicação), quanto para fatos ou “estados de coisas” expressos pela proposição completa.

Note que a necessidade do termo  $a$  possuir uma denotação é absorvida pela necessidade da função proposicional, como um todo, possuir uma denotação. Kahn oferece uma argumentação independente da noção de existência e baseada, sobretudo, na noção de denotação de um “estado de coisas”. No entanto, o descarte do “que não é” (ὅς οὐκ ἔστι) também aparece como o resultado de uma negação nos dois níveis, tanto do objeto quanto da atribuição de uma propriedade a este objeto, o que resultaria em algo incompreensível. Afirmando

tanto que o objeto da cognição não existe, quanto que não há um estado-de-coisas determinado que possa servir como objeto do conhecimento e referência para sentenças verdadeiras, “o não ser” é descartado sob a alegação de que equivale ao nada.<sup>6</sup> Novamente, a ilegitimidade do “não ser” aparece vinculada a uma assimilação entre propriedades de termos e propriedades de sentenças, ou uma falta de uma compreensão precisa do que chamamos a forma lógica das proposições.

David Gallop (MONIST,1979) dirigiu críticas a interpretação de Kahn, com base na afirmação de que um estado-de-coisas não possui o tipo lógico adequado para receber os atributos com os quais Parmênides caracteriza seu conceito de ser (τὸ ἐόν), por exemplo: “ingerado” e “imóvel”. Como corretamente afirma Gallop, esta espécie de adjetivos só pode ser atribuída a uma entidade do tipo coisa ou objeto, não a fatos ou estados-de-coisas. No entanto, é claro que a falta de distinção que Gallop atribui a Kahn encontra-se, na verdade, em Parmênides. Parmênides não parece possuir a distinção precisa entre algo do tipo objeto e algo tipo fato.

---

<sup>6</sup> μηδὲν δ' οὐκ ἔστιν· τὰ σ' ἐγὼ φράζεσθαι ἄνωγα.  
 πρώτης γὰρ σ' ἀφ' ὁδοῦ ταύτης διζήσιος <εἶργω>.(fr.6.10)  
 “nada não é; estas coisas eu te mando considerar.  
 Primeiro, pois, deste caminho de investigação te afasto”

### 3.2 O Sujeito das Teses de Parmênides.

Podemos agora retomar a questão acerca do sujeito implícito do verbo “ser” nas frases I e II. Já sabemos que este sujeito possui a forma proposicional, mesmo que Parmênides não tenha uma compreensão precisa de qual seja esta forma e faça uso de atributos do tipo “imóvel” e “imperecível” para sujeitos que, claramente, possuem forma proposicional.

O caráter mais distintivo do sujeito das teses iniciais do poema é a sua imensa generalidade. Nenhuma função lingüística poderia apresentar um sujeito implícito de tamanha generalidade. Caso Parmênides tivesse usado qualquer outro verbo de sua língua, estaríamos em uma situação mais restritiva onde a classe dos possíveis sujeitos seria mais bem delineada. Tome o verbo “correr”. Como qualquer outro verbo de conteúdo que representa uma ação, o uso deste verbo em uma afirmação sem sujeito explícito, facilitaria o trabalho de alguém que desejasse elucidar os possíveis sujeitos desta oração. Afinal, seja lá qual for este sujeito, ele está vinculado à ação de correr, expressa pelo verbo. Nós não estamos em uma posição tão confortável, o verbo “ser” não possui conteúdo verbal e a única pista que possuímos é a sua ligação essencial com a forma predicativa. O simples uso do verbo “ser” apenas nos indica a extrema abrangência do conjunto dos possíveis sujeitos para as teses de Parmênides. Qualquer sentença na forma predicativa pode ocupar o lugar de sujeito das teses iniciais de Parmênides. Podemos admitir, inclusive, que o uso do verbo “ser” tem, justamente, este objetivo: ressaltar a abrangência da teoria que será apresentada. Parmênides não pretende falar sobre a natureza da água ou dos seres vivos, nem tão pouco apresentar uma teoria acerca da atitude humana frente às dificuldades da vida na cidade. Suas teses abrangem todas estas teorias e seu poema tratará sobre “os únicos caminhos de investigação que podem ser pensados”<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> ἀλλ' ὅδοι μόναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι (fr.2.2)

Dizemos que uma teoria possui um *assunto*<sup>8</sup> de que trata. A teoria de Darwin, por exemplo, trata dos organismos vivos, das espécies destes organismos e da interação entre estes organismos. A teoria de Newton tem como assunto a matéria e certas relações de atração entre as partículas da matéria. Teorias como aquela expressa pelas teses iniciais de Parmênides possui um nível de abrangência que as leva a incluir em seu *assunto* outras teorias. Isto se torna claro ao notarmos que seu uso absoluto do verbo “ser” tem como sujeito implícito toda e qualquer sentença na forma predicativa. Ora, toda teoria, seja ela a mais banal do tipo: “Está prestes a começar uma chuva” até a teoria da relatividade, só pode ser exposta na forma sentencial básica, isto é: na forma predicativa. Como o sujeito implícito das teses iniciais de Parmênides são predicacões cujo conteúdo não é especificado, estas teses formulam uma teoria cujo *assunto* inclui outras teorias.

Este tipo teoria é comum na história da filosofia. Tome a posição empirista, ela afirma que uma teoria só é válida caso seja formulada a partir de dados empíricos. Trata-se de uma teoria sobre a validade de teorias. Muitas vezes, uma teoria deste tipo está, ela própria, incluída no âmbito daquilo que chamamos seu *assunto*. Assim, um empirista puro afirmaria que apenas as teorias formadas a partir de dados empíricos são válidas, no entanto, esta afirmação, apesar de também ser uma teoria, não parece possuir um dado da experiência que a comprove. Em situação semelhante se encontra o cético radical que afirma não haver conhecimento seguro, nem afirmação realmente verdadeira. Ora, esta tese é, por si só, uma afirmação. Sendo assim, nem mesmo ela pode ser tida como verdadeira e o cético encontra-se em uma difícil situação de auto-contradição.

Estas teorias que possuem a si mesmas como parte de seu assunto são chamadas auto-referenciais e um exame minucioso nos levaria a constatação de que são bem comuns na filosofia. De fato, todo sistema filosófico que tome uma posição acerca da natureza e da validade das teorias e proposições é auto-referencial. Felizmente, nem todas as teorias que estão incluídas em seu próprio assunto são auto-contraditórias. Mas, para uma teoria ser auto-contraditória ela precisa ser auto-referencial. Retomaremos a seguir o tema da auto-contradição e auto-referência em Parmênides. Por hora, nos basta a conclusão de que a lacuna

---

<sup>8</sup> A noção de *assunto* (*subject matter*) de uma teoria está apresentada de maneira mais formal em Fitch.(FITCH,1952)



do sujeito nas sentenças I e II pode ser preenchida por qualquer sentença de forma lógica proposicional.

Quanto à alegação de que Parmênides não tinha conhecimento do que é a forma proposicional e por isso tratou este sujeito como um termo ou objeto, acreditamos que há mais nesta alegação do que a simples constatação de um erro.

### 3.3 Forma Lógica e os Sujeitos de Parmênides.

Devido ao excesso de discussão acerca do valor, existencial ou predicativo, do verbo “ser”, a questão sobre forma lógica do sujeito das teses de Parmênides vem sendo, sistematicamente, preterida pelos comentadores. No entanto, devemos atentar melhor para este aspecto do pensamento de Parmênides. Pois, tudo indica que a alegada falta de clareza acerca daquilo que chamamos “forma lógica da proposição” possui papel relevante no argumento do poema.

Qual é, exatamente, o tipo de confusão que se atribui a Parmênides? Atribui-se a falta da precisa distinção entre “o X” e “que X é Y”. Como corretamente apontou Furth, este tipo de ambigüidade esta presente em vários outros termos da língua grega. Esta diferença reflete-se, inclusive, no uso dos verbos para expressar cognição: *conhecemos* um objeto e *sabemos* que um objeto é tal e tal. Cada um destes verbos representa, em alguns sistemas filosóficos, um modelo distinto do ato de conhecimento. Para Russell, por exemplo, objetos simples, sem estrutura proposicional, são conhecidos por “familiaridade” (*acquaintance*). Já para o conhecimento de fatos há “o conhecimento proposicional”, realizado por meio de descrições.

No caso de Parmênides, sabemos que ele move-se de uma forma para outra com extrema liberdade, falando de objetos do conhecimento (que devem possuir a forma proposicional) e logo após, caracterizando-os com adjetivos que só poderiam ser corretamente aplicados a termos. Como vimos, os comentadores trataram esta ambigüidade em paralelo com a questão acerca do valor, existencial ou predicativo, do verbo “ser”. Primeiramente, atribuindo esta falta de distinção a um erro por parte de Parmênides e seus contemporâneos. Posteriormente, como um aspecto do seu pensamento, onde estas noções estariam fundidas. Contudo, se analisarmos com clareza o movimento entre uma forma e outra, talvez possamos entender melhor porque os pensadores antigos não se detiveram neste ponto do argumento e nunca levantaram dúvidas acerca da validade deste movimento.

O movimento presente no argumento de Parmênides é muito utilizado por nós também. O caso mais trivial é aquele onde através do uso de um apelido, nomeamos algo que possui uma forma lógica proposicional, por exemplo: “o Teorema de Pitágoras”<sup>9</sup>, ou “o *Cogito* cartesiano”. O teorema de Pitágoras possui, certamente, uma forma lógica proposicional, a saber: “a soma dos quadrados dos catetos *é* igual ao quadrado da hipotenusa”. No entanto, ao nomearmos este conteúdo proposicional de “o teorema de Pitágoras” damos a ele uma aparência de objeto. Assim, constantemente falamos “ele *conhece* Pitágoras” para dizer que “ele *sabe que* a soma dos quadrados dos catetos *é* igual ao quadrado da hipotenusa”.

Um autor que parece ter aplicado uma intuição semelhante é Mohan Matthen. Matthen propõe explicar o movimento entre um uso existencial e predicativo do verbo εἶναι por meio do que ele chamou de um “complexo predicativo”. Um complexo predicativo é definido como uma entidade formada por um universal e um particular *quando este particular instancia o universal*. Assim “o Sócrates artístico” é uma entidade deste tipo, que existe somente quanto “Sócrates é artista” é verdadeiro. Em termos gramaticais um complexo predicativo transforma uma frase copulativa comum ( $X \text{ é } Y$ ) em uma entidade logicamente equivalente: *o XY*.(cf.:KAHN,1997:186)

Um breve exame nas nossas noções de matemática nos levará a constatação de que este tipo de movimento está na raiz de toda teoria de conjuntos. Trata-se da passagem de uma *função proposicional* para o *conjunto* que esta função representa. Um conjunto é uma classe ou coleção, as coisas que pertencem a um conjunto podem ser de qualquer tipo, concretas ou abstratas, simples ou complexas, semelhantes entre si ou bastante distintas. O ponto essencial é que o conjunto é uma entidade única, completamente distinta de seus elementos. Tomemos o conjunto dos filósofos como exemplo, ou seja: o conjunto que possui todos os filósofos, e nada mais, como seus elementos. Este conjunto é diferente de cada um de seus elementos. Seus elementos são seres humanos enquanto o conjunto é uma entidade abstrata, não um ser humano. O conjunto é também

---

<sup>9</sup> A palavra “teorema” indica o conteúdo proposicional, porém é muito comum aprendermos, quando criança, “o Teorema-de-Pitágoras” considerando como um só nome para a relação estabelecida entre os lados de um triângulo retângulo. Muitas vezes referimo-nos a ele simplesmente por “Pitágoras” o que torna este caso um perfeito exemplo da relação que pretendemos elucidar.

diferente da simples série de seus elementos, uma série é a ordenação de vários elementos ou objetos, enquanto o conjunto é uma entidade única, singular: o conjunto. Muitas séries podem ser formadas a partir dos elementos de um único conjunto. O conjunto deve, portanto, ser diferenciado de seus elementos e da série de seus elementos. Ele é formado a partir de uma função proposicional e seus elementos devem satisfazer esta função proposicional para compor este conjunto.

Cantor, quem primeiro formulou uma teoria dos conjuntos matemáticos, incluiu em seus axiomas, um axioma destinado à regra de formação de conjuntos. Este axioma foi denominado “axioma da existência irrestrita”, pelo fato de permitir a formação de um conjunto para qualquer função proposicional:

(EI) Para toda função proposicional, existe o conjunto dos objetos que satisfazem esta função.

Isto significa que toda função proposicional corresponde a um objeto abstrato (o conjunto). Sendo este objeto uma “entidade separada”, diferente dos argumentos que satisfazem à função e diferente da cadeia de símbolos usada para expressar esta função.

Esta regra de formação representa aquilo que chamamos de conceituação. O conjunto formado a partir de uma função proposicional não passa do *conceito* expresso pela função. Considere o conjunto das coisas brancas, este conjunto é formado a partir da função “x é branco” e possui como seus elementos todas as coisas que são brancas e nada mais. Pois bem, este conjunto representa a brancura, afinal, é devido a participação neste conjunto que dizemos que uma coisa é branca ou não.<sup>10</sup> (cf.:RUSSELL,1944)

Ora, entender a tese de Parmênides sob esta ótica está de acordo com os resultados obtidos por Furth, Kahn e outros autores anteriormente analisados. A passagem de um conteúdo proposicional para uma entidade singular que o represente é, justamente, aquilo que há muito vem sendo atribuído a Parmênides, primeiro como o resultado de um engano com relação ao emprego do verbo “ser”

---

<sup>10</sup> Este movimento de conceituação a partir de uma função proposicional tem sua primeira formulação explícita em Platão. Trata-se da postulação de uma idéia única para cada atributo possuído por uma série de entidades sensíveis. Repare que as exigências do chamado “pedido socrático” correspondem às exigências para formação de conjunto: tudo que é justo, e nada mais,

e, posteriormente, como uma característica de seu pensamento. Ou seja, tudo indica que podemos adotar a hipótese de que “o que é” e “o que não é” correspondem a conceitos (ou conjuntos), entendidos como uma entidade abstrata relacionada a uma função proposicional que a defina.

Sabemos que a tradução veritativa mostra-se a mais atrativa devido à forte teoria lingüística que a suporta e ao fato de que ela se ajusta à temática do poema, assim como às imagens contidas no próêmio. Sabemos, também, que este uso do verbo está ligado a um sujeito de forma lógica proposicional. A assunção de que Parmênides move-se de uma forma lógica para outra com extrema facilidade nos levou a constatação de que este movimento possui legitimidade e corresponde, *mutatis mutandis*, a postulação de um conjunto para uma determinada função proposicional, ou a postulação do que chamamos o *conceito* expresso pela função.

Podemos agora retornar às teses iniciais do poema de Parmênides e investigar por que estas teses foram vistas por alguns dos seus contemporâneos como fornecendo um argumento contra a possibilidade do discurso.

---

está relacionado com a idéia de justiça. Como sabemos, a dificuldade surge ao tentar definir o que é a justiça, sem cair na enumeração das entidades que com ela estão relacionadas.

## 3.4

## As teses de Parmênides Revisitadas.

I) ἡ μὲν ὅπως ἔστιν τε καὶ ὡς οὐκ ἔστι μὴ εἶναι,

II) ἡ δ' ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἔστι μὴ εἶναι,

O que dizem as teses? Elas são apresentadas pela deusa como “os únicos caminhos que são [possíveis] de pensar”<sup>11</sup>. O uso das partículas μὲν e δὲ, indica que os caminhos estão dispostos de tal maneira que um caminho não confunde-se com o outro, formando dois pólos distintos de uma opção. O primeiro caminho afirma:

I) que é e que não é não ser.

Trata-se de uma sentença formada por três ocorrências do verbo “ser” sendo duas na terceira pessoa do singular do indicativo presente (ἔστιν/έ) e uma no infinitivo indicativo presente do verbo (εἶναι/ser). Se adotarmos uma interpretação veritativa para todas as ocorrências do verbo ser nesta passagem, a tradução seria:

ia) que é [verdade] e que não é [verdade] o não ser [verdade].

Não parece ser uma sentença com sentido e mesmo os usos forçados da linguagem na filosofia não atribuem sentido a uma construção como esta. No entanto, se considerarmos a segunda ocorrência do verbo como um uso predicativo básico, obtemos um resultado satisfatório:

ib) que é [verdade] e que não é o que não é [verdade].

Substituindo “o que não é verdade” por “o que é falso” temos:

ib) que é verdade e que não é o que é falso.

Esta é uma sentença que possui certa clareza, além de ser bem construída. Verifica-se também que esta sentença é redundante na medida em que “o que é verdade” é o mesmo que “o que não é falso”, dado que aceitamos o princípio do terceiro excluído.

<sup>11</sup> αἴπερ ὁδοὶ μούναι διζήσιός εἰσι νοῆσαι (fr.2.9)

As transformações necessárias para seu surgimento também não parecem tão questionáveis. Até mesmo a adoção de um critério diferente de tradução para segunda ocorrência do verbo “ser” é justificada pela deliberada intenção de Parmênides de colocar duas formas verbais diferentes na segunda parte da conjunção, iniciada por  $\tau\epsilon$   $\kappa\alpha\iota$ . O uso de duas formas verbais distintas pode servir, justamente, para ressaltar funções ligeiramente distintas.<sup>12</sup>

Adotando ib) como nossa tradução para passagem, podemos aplicar sobre ela o resultado de nossa discussão acerca da forma lógica do sujeito desta proposição. Na seção anterior chegamos à conclusão de que o sujeito desta sentença deve possuir uma forma lógica proposicional sendo, portanto, um fato, não um objeto. Além disso, constatamos que a passagem deste sujeito proposicional para um sujeito do tipo objeto não é um erro por parte de Parmênides, podendo ser compreendido como a postulação de um *conjunto* ou *conceito* sem com isso implicar alguma falácia.

O sujeito da sentença i) representaria, portanto, o conceito formado a partir da função proposicional “x é: ‘o que é verdade’ & não é ‘o que é falso’”. Qual seria o conteúdo deste conceito? Ele incluiria tudo o que é o caso, além disso, nada que é verdade, ou é o caso, poderia não estar contido neste conjunto<sup>13</sup>. Como havíamos dito, não analisaremos aqui a maneira como Parmênides chega a suas conclusões acerca dos atributos de seu conceito de ser. No entanto, gostaríamos de indicar que o uso da noção de “complexo denotativo”, apresentada por Matthen, facilmente levaria ao monismo eleata. Segundo Matthen, o complexo predicativo “o XY” equivale à predicação “X é Y”. Se acrescentarmos a condição de que o complexo “o XYZ” equivale à predicação “X é Y e é Z” então, segue-se que o “complexo predicativo” representado pelo conceito de ser expresso na sentença I corresponde a todos os fatos tomados em conjunto. Admitindo, ainda, que uma sentença significa o fato que ela denota, o conceito de ser representaria um único objeto ao qual todas as sentenças verdadeiras denotariam e, portanto, todas as sentenças verdadeiras teriam o mesmo significado<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Devemos lembrar que o uso predicativo e veritativo estão conceitualmente relacionados e a passagem de um para outro se deve, na maioria das vezes, a uma ênfase na pretensão de verdade contida em toda sentença predicativa.

<sup>13</sup> Verifica-se que este é um conjunto cujos elementos são fatos de estrutura proposicional e não objetos, isto porque as propriedades de ‘ser verdade’ e ‘ser falso’ aplicam-se a fatos e proposições e não a objetos e indivíduos.

<sup>14</sup> Compare com a apresentação de Gödel do argumento *slingshot*. (GÖDEL, 1944)

Apliquemos, agora, nossos resultados com relação ao sujeito implícito e o valor do verbo “ser” para sentença II. A sentença II é aquela que mais nos interessa, pois sabemos que alguns pensadores gregos viram um argumento contra a possibilidade do discurso falso através da alegação de Parmênides de que o caminho do “que não é” não pode ser percorrido. Além disso, sabemos que Parmênides descarta este caminho de investigação com base na equivalência entre “não é” οὐκ ἔστιν e nada μηδέν.

A sentença II nomeia o segundo caminho possível, em oposição ao caminho que diz “que é e que não é não ser”, o segundo caminho diz:

II) ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἔστι μὴ εἶναι

II) que não é e que, necessariamente, é não ser.

Seguindo os mesmos critérios para interpretação da sentença I, consideraremos a segunda ocorrência do verbo “ser” como um uso predicativo simples, e as outras duas ocorrências como usos absolutos com sentido veritativo. A tradução, segundo esta interpretação, seria:

ii) que não é [verdade] e que, necessariamente, é não ser [verdade].

Esta sentença possui algumas características que a primeira sentença não possui. Primeiramente, ela faz uso da palavra χρεῶν, esta palavra indeclinável (propriamente o particípio neutro de χρεῖν) significa, na maioria das vezes, “aquilo que precisa ser”, “o que é necessário”. No entanto, seu uso no lugar do advérbio χρεῖν/ é amplamente documentado, sobretudo quando usado em conjunto com ἔστι.<sup>15</sup> De fato, a tradução de χρεῶν por “necessariamente” parece ser consenso entre os comentadores. Outra diferença notável frente à sentença I reside no fato de que na segunda parte da sentença, logo após o advérbio modal de necessidade, encontramos as palavras “é não ser” ἔστι μὴ εἶναι. Como havíamos notado, a sentença I é apresentada de tal forma que a segunda parte da conjunção simplesmente reafirma a primeira: “que é & que não é não ser”. Ora, a dupla negação da segunda parte da conjunção pode ser eliminada formando então a sentença logicamente equivalente: “que é & é ser”. Já no caso da sentença II,

<sup>15</sup> (cf.:LIDDELL&SCOTT’S,1888:893)



temos uma outra disposição das palavras. O segundo membro da conjunção (é não ser) apresenta o verbo “ser” em conjunto com sua própria negação. Somado com o emprego do advérbio de necessidade, podemos considerar que o uso do verbo “ser” seguido pela sua própria negação ressalta a aparente contradição presente no fato de algo ser *verdadeiramente falso*. À parte o fato de que um termo e sua negação formam uma contradição, Parmênides desqualifica o emprego do verbo “ser” juntamente com “não ser” em mais de uma passagem do poema: fr.:8.15 “e a decisão sobre isto é a seguinte: é ou não é”<sup>16</sup>, fr.:7.1 “pois isto nunca prevalecerá: ser o que não é”<sup>17</sup>

Sabemos que Parmênides nos diz para nos afastarmos desta via de investigação sob a alegação de que não podemos conhecê-la e nem dizê-la. Isto está explicitado logo após a sentença II, “pois nem conheceria o que não é (pois não é realizável) nem o dirias”<sup>18</sup> e reafirmado no fr.8.7 “Nem de ‘o que não é’ permitirei que digas e pense, pois não dizível, nem pensável é o que não é”<sup>19</sup> Suas afirmações sobre a indeterminação do caminho do não ser são tão vigorosas que afirmam que este caminho é completamente insondável (*παναπευθέα*), não sendo, portanto, um legítimo caminho.

Estas considerações acerca do caminho enunciado em II nos levam a crer que Parmênides considerava o “não ser” como um absurdo conceitual, um conceito mal formulado que, quando investigado com mais profundidade, revelaria sua incoerência. Como sugerimos, um dos motivos para a invalidez deste conceito pode ser encontrado na própria formulação da sentença II que possui em seu interior aquilo que outras passagens do poema proíbem: a união de ser e não ser. Se considerarmos que a sentença II pretende expressar o conteúdo do conceito correspondente a tudo aquilo que não é o caso, torna-se mais claro porque Parmênides considerou este conceito contraditório e, portanto, inválido. Parmênides parece indicar que o conceito de “não ser” não pode ser formulado

---

<sup>16</sup> ἢ δὲ κρίσις περὶ τούτων ἐν τῶιδ' ἔστιν· ἔστιν ἢ οὐκ ἔστιν·

<sup>17</sup> οὐ γὰρ μήποτε τοῦτο δαμῆι εἶναι μὴ ἔόντα

<sup>18</sup> οὔτε γὰρ ἂν γνοίης τό γε μὴ ἔον (οὐ γὰρ ἀνυστόν) οὔτε φράσαις.

<sup>19</sup> οὐδ' ἐκ μὴ ἔόντος ἑάσσω φάσθαι σ' οὐδὲ νοεῖν· οὐ γὰρ φατόν οὐδὲ νοητόν ἔστιν ὅπως οὐκ ἔστι.

por nenhuma proposição, sendo por isso um conceito inválido, nem ao menos enunciável. Podemos reconstruir seu raciocínio da seguinte maneira:

- 1 “O que não é” equivale ao conceito formado a partir de todas as funções proposicionais falsas e nada mais.
- 2 Nenhuma proposição verdadeira pode estar incluída em “o que não é”.
- 3 “O que não é” precisa ser definido por uma proposição que expresse seu conteúdo essencial: ser tudo aquilo que é *falso*

Admitindo estas três premissas podemos nos perguntar qual proposição definiria “o que não é”. Se esta proposição definir corretamente “o que não é”, então, ela é uma proposição verdadeira, pois ela aplica-se corretamente a “o que não é”. No entanto, uma proposição verdadeira não pode servir de definição para aquilo que é essencialmente seu oposto. Ou seja, “o que é falso” não poderia ter como definição uma sentença verdadeira. Ao empregar o verbo “ser” e, imediatamente após, a negação deste mesmo verbo, Parmênides chama a atenção para a aparente contradição existente na tentativa de definir o que é o falso por meio de uma sentença verdadeira. Como não possui nenhuma sentença que possa defini-lo, o “não ser” torna-se um absurdo conceitual, nas palavras de Parmênides: “não dizível nem pensável”.

A acusação direcionada por Parmênides àqueles que pretendem dizer o falso, ou definir o que não é, está relacionada aos casos de inconsistência auto-referencial citados na seção anterior. O conceito de “não ser” pretende abarcar a totalidade dos enunciados falsos, e devido à oposição entre “ser” e “não ser”, o enunciado que pretende definir este conceito deve, necessariamente, estar contido nesta totalidade. Caso não estivesse, este enunciado faria parte do conceito de “ser” e, portanto, já cairia sob o domínio da primeira via de investigação. Contudo, pela própria definição da segunda via (ser o que não é [verdadeiro]) não pode haver nesta via um enunciado verdadeiro que, corretamente, defina o conceito subjacente a este caminho de investigação.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Compare com o paradoxo do mentiroso: Por estar contido na totalidade que pretende definir, Epimênides não pode afirmar que todos os cretenses são mentirosos, pois caso esta afirmação fosse verdade, haveria um cretense não mentiroso o que a tornaria falsa. De maneira semelhante, o caminho do “não ser” não pode ser definido por uma sentença nele contida, tendo em vista que, ao defini-lo, esta sentença passaria a ser verdadeira e, portanto, parte do caminho do “ser”.

Fornecemos esta exposição do que pode ter sido o argumento de Parmênides contra a noção de “não ser” por acreditar que uma explicação deste tipo, mais formal, aproxima-se mais do intuito geral do poema que, notadamente, apresenta argumentos simples e de caráter lógico para derivação das características do conceito de “ser”. Vale ressaltar que a exposição que realizamos está de pleno acordo com aquilo que os comentadores citados na primeira seção deste capítulo consideram ser o argumento de Parmênides contra a possibilidade do discurso falso.

Como vimos, estes comentadores atribuem a Parmênides um argumento contra a possibilidade do discurso fundamentado em uma compreensão da linguagem como denotação. Isto é, o significado de um item lingüístico depende unicamente do objeto ao qual este item se refere, ou denota. Na ausência deste objeto real, ao qual o item lingüístico deveria referir-se, este item perde sua legitimidade. Passa a ser um mero ruído, quando deveria ser uma fala, ou meros rabiscos, ao invés de um escrito. Ora, este raciocínio é perfeitamente válido se empregado para nomes e termos (gerais ou singulares). No entanto, ao tentarmos compreender o significado das sentenças por meio destes mesmos parâmetros caímos em paradoxos. Isto se deve ao fato de que o critério para verdade e falsidade de sentenças também está fundamentado na mesma relação de denotação. Assim sendo, a definição para uma sentença falsa é: uma sentença que não corresponde a um fato real. No entanto, a relação com um objeto real, como vimos, determina o sentido de um item lingüístico, sendo que a ausência de correspondência resulta na ilegitimidade deste item. Isto é, como o critério de verdade e de sentido é o mesmo, uma sentença carente de um fato ao qual se refira não pode ser falsa, pois antes mesmo disto, ela já é sem sentido, mero ruído<sup>21</sup>.

Nossa exposição do argumento se propõe a esclarecer porque Parmênides e, por extensão, seus contemporâneos viam com tanta naturalidade a passagem de um item real do tipo proposicional (um fato) para um item do tipo objeto, assim como viam com naturalidade a passagem de um item lingüístico tipo

---

<sup>21</sup> De fato, assumir que sentenças e nomes possuem o mesmo tipo de relação com a realidade é bastante natural e não devemos atribuir este fato a ignorância ou primitivismo por parte de Parmênides e seus contemporâneos. Bertrand Russell afirma, em *Filosofia do Atomismo Lógico* que ele mesmo assumia tal posição até um jovem aluno seu, chamado Wittgenstein, chamar sua atenção para o fato de que sentenças e nomes possuem diferentes formas de se relacionar com a realidade que pretendem exprimir.

proposicional (sentença) para um termo (nome). Nossa proposta é que esta passagem era tida como legítima devido a um certo realismo (no sentido escolástico do termo) por parte destes pensadores que aceitavam como válido um princípio similar ao princípio de existência irrestrita. Assim, do mesmo modo que, para Platão, a multiplicidade de coisas belas permite a postulação do conceito de Belo, ao qual estas coisas estão relacionadas, estamos sugerindo que “o que é” e “o que não é”, para Parmênides, representam o conceito do que é *Verdadeiro* e do que é *Falso*, respectivamente. Se aceitarmos este passo, segue-se quase que naturalmente a conclusão de que as sentenças falsas não possuem referência e, portanto, não possuem sentido. Pois, todas as sentenças e todos os fatos estariam contidos neste grande fato único: “o ser”, onde todas as diferenças entre as proposições verdadeiras seriam obliteradas. Sendo assim, se olho para minha caneta preta e digo: “a caneta é vermelha”, ou bem estou me referindo a alguma outra caneta vermelha presente em algum outro lugar e contida neste grande fato único, ou bem estou emitindo ruídos sem sentido com a boca. Afinal, o fato que daria sentido a estas palavras não está à disposição.

“O caso, dizia Sherlock Holmes, enquanto fumávamos nossos charutos e conversávamos aquela noite em nossa casa de Baker Street, é um dos que nos forçam a raciocinar de trás pra frente, dos efeitos às causas”

Conan Doyle

O *Sofista* inicia com um diálogo introdutório que pretende estabelecer o assunto da conversação entre Sócrates, Theodoro, Theeteto e um personagem chamado de o Estrangeiro de Eléia, “companheiro tanto de Parmênides quanto de Zenão”<sup>1</sup>. Fica acordado que o tema do diálogo que se seguirá será acerca da definição de três figuras importantes da vida grega: o sofista, o político e o filósofo. Como sabemos, Platão não escreveu um diálogo dedicado à terceira parte da conversa, aquela onde a definição de filósofo seria investigada. No entanto, tanto a figura do sofista quanto a do político foram devidamente definidas em seus diálogos homônimos. Cabe, então, ao Estrangeiro a tentativa de definir corretamente o que é o sofista com o auxílio de um interlocutor para quem dirigirá suas perguntas. Sócrates propõe, e o Estrangeiro aceita, que este interlocutor seja o jovem Theeteto.

Após uma demonstração do método que usará para definir a figura do sofista (218d-221c), O Estrangeiro de Eléia parte para apresentação de suas definições. Seis definições são apresentadas nas seções iniciais do diálogo e recapituladas em 231c-e. A sétima definição, entretanto, leva ao gênero de produtor de imagens que ainda é dividido em arte da cópia (*εικαστική*)/e arte da semelhança (*φαναστική*), sendo que a primeira delas mantém as proporções do modelo que copia enquanto a segunda delas distorce as proporções.

É na discussão acerca da validade deste gênero que surgirá o problema da possibilidade do discurso falso. Acusado de produzir imagens, o sofista lançará mão de uma série de aporias relacionadas ao uso deste termo e à própria noção de imagem. É importante notar que desde a enunciação do problema é realizada a

---

<sup>1</sup>Ἐταῖρον δὲ τῶν ἀμφὶ Παρμενίδην καὶ Ζήνωνα [ἑταίρων] (216a 4).

assimilação entre o modo de ser das imagens, que mostram e parecem, sem realmente serem, e o modo de ser do discurso falso, que diz algo, sem dizer algo verdadeiro.

"É que realmente nos vemos frente a uma questão muito difícil; pois mostrar e parecer, sem ser, dizer algo sem, entretanto, dizer a verdade, são maneiras que trazem dificuldades, tanto hoje como ontem e sempre. Que modo encontrar para dizer que o falso é real, sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados em contradição." (236e)<sup>2</sup>

Tanto as imagens quanto os discursos falsos parecem possuir uma estranha relação com aquilo que pretendem representar. Ambos não são aquilo que representam, no entanto, claramente, **são** alguma coisa. Uma imagem de uma casa pode *parecer* e *mostrar* (φαίνεσθαι e δοκεῖν) muito bem uma casa sem, realmente, sê-la. No entanto, ninguém negaria que ela é alguma coisa: ela é, realmente e verdadeiramente, uma imagem. De maneira semelhante, um discurso falso descreve ou expressa uma situação, um fato, não um fato real, mas inegavelmente algum tipo de fato: **um fato falso**. A analogia só é completamente entendida se levarmos em conta a relação entre a imagem e o fato descrito pelo discurso falso. Assim como a imagem de um cão se caracteriza por **não ser** realmente um cão, o conteúdo de um discurso falso caracteriza-se por **não ser** realmente um fato. No entanto, ambos **são** realmente aquilo que são: uma imagem de algo e um fato falso. Como emblematicamente enuncia o Estrangeiro: "tal afirmação supõe ser o não ser."

Os comentadores da primeira metade do século XXI parecem concordar com o fato de que na seção dedicada à exposição das aporias relacionadas à noção de não-ser, Platão está tratando dos argumentos baseados no conceito de existência e na impossibilidade de referir-se a sujeitos inexistentes. Essa posição fica clara tanto nos comentários quanto nas traduções de autores como Cornford e

---

<sup>2</sup>236.d.9 - 237.a.1 ὄντων, ὡς μακάριε, ἐσμὲν ἐν πανταπάσι καὶ ἐπὶ σκευῶν. τὸ γὰρ φαίνεσθαι τούτου καὶ τὸ δοκεῖν, εἶναι δὲ μή, καὶ τὸ ἰεῖν μὲν αἴτια, α) ἡγήσθαι δὲ μή, πάντα ταῦτα ἐστὶ μὲν ἀπορίας ἀπὸ ἐν τῷ πρὸς γενεῶν χρόνῳ καὶ νῦν. ὁπῶς γὰρ εἰποῦντα χρῆναι εὐδὴ ἰεῖν ἢ δοκάζειν ὄντων εἶναι, καὶ τούτου φεγγαμένον ἐπὶ ἀντιόλι οἰσθῆναι μή σὺν ἐκείνοι, πανταπάσιν, ὡς Ἐπειθήτε, καὶ ἐπὶ οὐκ.

Guthrie que infalivelmente traduzem τὸ μὴ οἶν por “o não existente”. Tal como nas primeiras interpretações apresentadas no capítulo anterior, sobre o argumento de Parmênides, estes autores atribuem a Platão argumentos semelhantes àqueles dos paradoxos modernos sobre sujeitos inexistentes.<sup>3</sup> Por mais que no decorrer dos comentários Cornford pareça distanciar-se da questão dos sujeitos inexistentes, sua incessante tradução de τὸ μὴ οἶν por “o inexistente” torna pouco clara sua interpretação.<sup>4</sup> Além disso, governa o comentário destes autores, a assunção de que Platão, nesta seção inicial, está isolando o sentido existencial do verbo “ser” para desqualificar seu uso na formula τὸ μὴ οἶν. Toda a passagem 237b-239c estaria voltada para alegação de que “o não-ser” equivale a “o não existente” ou “a não-entidade absoluta” (*absolute nonentity*) e que tais palavras “não podem ser ditas sem cair-se em contradição.” (CORFORD,1958:208).

Em “*Plato On Not-being*” (OWEN,1970), recentemente o artigo mais influente acerca das aporias do não-ser, Owen critica estas interpretações já tradicionais e procura oferecer uma explicação baseada, sobretudo, nas noções de referência e predição. Para que tais noções sejam atribuídas ao argumento contido no *Sofista*, Owen sustentará as teses de que:

I) Platão está lidando com usos incompletos do verbo εἶναι.

II) O argumento não necessita do “isolamento de um verbo existencial”.

Em seu artigo, Owen concentra-se na defesa da tese II) deixando I) como uma assunção prévia ou como a conclusão imediata de II). Como veremos, a defesa de I) caberá a comentadores como Frede, Bostock, McDowell que dedicaram seus artigos às seções posteriores do diálogo onde é solucionado o problema da falsidade. Mas, para que o argumento sobre sujeitos inexistentes seja excluído da discussão, Owen tratará da passagem 237b7-239c8.

<sup>3</sup> Ver pagina: 17, (Cf.Quine,1953).

<sup>4</sup> Por exemplo, no comentário para linha 241b, em que Cornford parece tratar indistintamente a questão dos sujeitos inexistentes e a questão acerca dos estados-de-coisas representados por sentenças falsas. (Cornford,1952:214)

Segundo Owen, a seção começa tratando o problema na sua forma tradicional: 237b7-e7 tem como objetivo demonstrar que “o que não é” equivale a nada, portanto, falar o que não é = falar nada = não falar. Conclui-se que, se falar falsamente é falar o que não é, não há tal fala falsa.” (OWEN,1970:432) Somente esta primeira parte estaria relacionada a questão dos sujeitos inexistentes e faria uso da equação “não-ser” = “o não existente” = “nada”<sup>5</sup>.

Logo após (238a1-c11), o Estrangeiro baseia-se no fato de que para mencionarmos ou pensarmos em algo, necessariamente, atribuímos alguma propriedade a esta coisa. O exemplo usado pelo Estrangeiro é o numero, como categoria gramatical: se mencionarmos algo, devemos lhe atribuir ou bem a unidade, ou bem a multiplicidade, ou bem a dualidade, no caso da língua grega que possui o dual para artigos e nomes. Sendo assim, ao mencionarmos ou pensarmos em ‘o não-ser’ estamos, necessariamente, atribuindo-lhe a unidade, o que parece contraditório, tendo em vista que o “não-ser” não deve possuir qualquer tipo de atributos. Owen afirma que esta passagem pode ser vista como contendo um argumento independente da passagem anterior, mas ainda reafirmando a equação: “o que não é” = “nada”.

Somente quando é deduzido que “o que não é” não nos possibilita sequer um atributo para mencionarmos, sendo, portanto, impronunciável (238b6-c10), é que “o problema é convertido em um problema sobre referência.” (OWEN, 1970:434) Nesta passagem e na passagem subsequente (238d1-239c8), o Estrangeiro estaria rejeitando a noção de um objeto sem qualquer determinação, isto é: negando a possibilidade de algum objeto (x) ao qual nenhuma propriedade F possa ser aplicada. Ao localizar a fonte dos problemas na impossibilidade de conceber algo para o qual nenhum predicado pode ser atribuído, Platão dá adeus ao antigo problema acerca dos sujeitos inexistentes e passa a analisar a equação “o que não é” = “nada” como introduzindo um erro acerca da negação e não acerca do sentido existencial do verbo “ser”.

Owen conclui que sua exposição desta seção do diálogo “prova que é possível criar *puzzles* sobre o Nada sem confundi-los com *puzzles* sobre o não-existente.” E, ainda, “mostra que a questão do *Sofista* traz estes *puzzles* para

---

<sup>5</sup> Segundo Owen, trata-se de uma referência a antigos problemas citados em diálogos como Theeteto e Eutidemo.



discussão, de maneira a levar naturalmente ao estudo da sintaxe sujeito-predicado e do “... é ... conectivo”.<sup>6</sup>” (OWEN,1970:437)

No restante do seu artigo, Owen procura reafirmar suas teses, principalmente atacando as interpretações tradicionais fundamentadas na noção de existência. Eventualmente, Owen atribui análises para sentenças localizadas nas seções destinadas à solução do problema da falsidade (255-264). No entanto, sua argumentação está mais focada em desqualificar seus opositores do que oferecer uma análise pormenorizada do texto platônico. Sua posição, entretanto, é bem claramente explicitada em afirmações do tipo: “O uso do verbo “ser” no qual o Estrangeiro apóia suas conclusões é o uso conectivo<sup>7</sup>, distribuído entre identidade e predicação.” (OWEN, 1970:443)

A análise passo-a-passo das passagens dedicadas à solução do problema foi realizada em diversos artigos que se seguiram e que endossam as principais teses de Owen. Os comentadores que serão expostos a seguir, na sua grande maioria, nem ao menos mencionam o sentido existencial como uma possibilidade interpretativa e todos, sem exceção, procuram realizar a tarefa deixada por Owen, a saber: oferecer uma interpretação para a solução do problema baseada nos usos incompletos do verbo “ser”.

---

<sup>6</sup> A fórmula: “ ‘... é ...’ conectivo”, claramente, significa a forma incompleta do verbo “ser”.

<sup>7</sup> Incompleto, na nossa terminologia.

## 4.1

### A Análise do Problema da Falsidade.

Os comentadores divergem acerca de como deve ser feita esta análise e até mesmo se Platão foi bem sucedido em sua tentativa. A passagem crucial se estende de 255 até 264, quando o Estrangeiro demonstra a falsidade da sentença "Theeteto está voando". Tradicionalmente, esta parte do diálogo tem sido dividida da seguinte forma:

A primeira passagem vai de 255e8 a 257a12, e inicia-se com os interlocutores concordando que as formas se encontram em relações umas com as outras. Sendo que, enquanto umas se prestam a uma comunidade mútua, outras não estão relacionadas entre si. Tendo sido estabelecido isto, o Estrangeiro apresenta as relações possíveis entre os cinco gêneros supremos: "ser", "o outro", "o mesmo", "o repouso" e "o movimento". E estabelece que cada forma não é cada uma das outras (movimento não é repouso, não é o mesmo, não é o outro, não é o ser), devido a sua relação com "o outro". A conclusão que chega o estrangeiro é que “Acerca de cada forma “o que é” (τὸ ὄν) é muito e “o que não é” (τὸ μὴ ὄν) ilimitado”

Existe certo consenso, por parte dos comentadores, em analisar as ocorrências do verbo “ser” presentes nesta passagem como identidade: dizer que movimento não é repouso equivale a dizer que movimento não é idêntico ao repouso, ou seja, é outro que o repouso.

A segunda passagem se estende de 257b1 a 258c5. Aqui o Estrangeiro nota que, ao dizermos que algo não é grande, não estamos nos referindo necessariamente ao pequeno, isto é: o oposto do grande, mas a alguma coisa de diferente. E que a forma do “outro”, quando aplicada a cada coisa, possui um nome próprio. O “outro” aplicado ao belo, por exemplo, é o não-belo.

Há uma predisposição por parte dos comentadores em analisar esta ocorrência do verbo “ser” como envolvendo predicação negativa. E, segundo a grande maioria dos comentadores, esta é a análise do verbo “ser” necessária para resolver o problema da falsidade.

As dificuldades começam quando, ao anunciar a solução do problema da falsidade (em 263b11), o Estrangeiro faz referência à primeira das duas passagens, aquela em que são expostas as relações entre os gêneros supremos e onde os comentadores vêem apenas não identidade. Como explicar tal fato?

A referência parece bastante clara e já é reconhecida, ao menos, desde Cornford, para quem Platão está “invocando as Formas e usando os resultados da seção sobre as combinações”(isto é: 255-257), para obter o sentido da sentença falsa. (CORNFORD,1952:316) Vejamos as duas sentenças lado a lado para que possamos analisar melhor a relação entre elas:

I) Em 256e 5 temos:  $\text{Peri} \dot{\iota} \text{ ekaston a} \dot{\iota} \text{ra tw} \dot{\eta} \text{ eidw} \dot{\eta} \text{ pol ul meh e} \dot{\sigma} \text{ti tol o} \dot{\eta} \text{, a} \dot{\rho} \text{peiron del pl h} \dot{\eta} \text{ei tol mh} \dot{\iota} \text{ o} \dot{\eta} \text{.}$

“Acerca de cada forma “o que é” (tol o $\dot{\eta}$ ) [isso] é muito e “o que não é”(tol mh $\dot{\iota}$  o $\dot{\eta}$ ) [isso] ilimitado”<sup>8</sup>

O acréscimo do pronome demonstrativo como complemento ao verbo “ser” tem como objetivo explicitar que nesta passagem o verbo é entendido sintaticamente como incompleto e semanticamente como uma predicação de identidade.

II) Já em 263b 11, temos:  $\text{pol l a} \dot{\iota} \text{ meh gar e} \dot{\iota} \text{famen o} \dot{\eta} \text{ta peri} \dot{\iota} \text{ ekaston ei} \dot{\eta} \text{ai} \dot{\iota} \text{ pou, pol l a} \dot{\iota} \text{ del ou} \dot{\kappa} \text{ o} \dot{\eta} \text{ta.}$

“Dizíamos que no caso de cada (coisa) há muitas (coisas) que são e muitas que não são.”<sup>9</sup>

Entendendo predicativamente as ocorrências do verbo “ser”, isto seria dizer: No caso de cada coisa (incluindo Theeteto) há muitas coisas que são (por exemplo: sentado) e muitas que não são (por exemplo: voando). No entanto, analisando 263b11 desta maneira, nós a tornamos consideravelmente distinta da primeira passagem em dois pontos. Primeiro, enquanto em 256 o quantificador universal (ekaston) aplica-se às formas (tw $\dot{\eta}$  eidw $\dot{\eta}$ ), em 263 estamos

<sup>8</sup> Apresento, primeiramente, a tradução de McDowell (1982).

<sup>9</sup> A presença da palavra e $\dot{\iota}$ famen (imperfeito ativo do verbo φημί, na 1ª pessoa do plural - dizíamos) indica que trata-se de uma referência a algum resultado obtido anteriormente. E não parece haver comentador que considere outra passagem senão 256e5 como a passagem em questão.

aplicando-o a Theeteto. Em segundo lugar, enquanto em 256 a parte negativa da generalização só cobria casos de negação de identidade, em 263 estamos estendendo para predicação negativa. Ambas as modificações foram notadas por McDowell (MCDOWELL,1982,: 123-124).

Como podemos incorporar estas modificações de maneira a oferecer uma interpretação desejável? Esta interpretação deve dar conta do fato de que, aparentemente, a passagem na qual está fundamentada a possibilidade de discursos falsos trata apenas das relações possíveis entre as formas e conclui que cada forma é, e não é, cada uma das outras. Dentre as soluções propostas, podemos reconhecer três grupos:

1)aqueles que explicam a referência à primeira das duas passagens pela incapacidade de Platão de reconhecer a diferença entre estes dois usos do verbo “ser”. De tal forma que, ao introduzir a predicação negativa em 257b1-258c5, a passagem acerca do não-belo, Platão não se dá conta de que, só a partir daí, está usando a noção necessária para capturar o sofista. (BOSTOCK,1984), (OWEN,1970)

2)aqueles que acreditam que a primeira passagem também pode ser analisada em termos de predicação negativa. (ACKRILL,1957) (FREDE,1992), (MCDOWELL,1982),

3)aqueles que acreditam não haver, definitivamente, predicação negativa em nenhuma das duas passagens. (ECK,1994)

Dentre estes três grupos de comentadores, os dois primeiros são, sem sombra de dúvida, mais reconhecidos. E grande parte dos trabalhos escritos sobre este assunto toma como ponto de partida aquilo que estes dois grupos tem em comum: a opinião de que é através da análise do verbo “ser” como **predicação negativa** que Platão fornece sua solução para o problema da falsidade. Ora, para que uma solução do problema seja apresentada através da predicação negativa, é preciso que a falsidade de sentenças do tipo “Sócrates é belo.” seja corretamente analisada através da sentença “Sócrates não é belo”.

Definitivamente, não tem se mostrado muito fácil relacionar estas duas passagens e ainda oferecer uma solução satisfatória para o problema. O desafio maior parece estar na maneira de relacionar a passagem acerca da relação entre as formas (255e8-257a12) e a passagem acerca do não-belo, de tal forma que a citação da primeira passagem na solução do problema torne-se natural. Como a

primeira passagem se refere apenas a predicacões de identidade, espera-se que a análise de predicacões negativas do tipo “Sócrates não é belo”, apresentada em 257b1-258c5 e supostamente necessária para a soluçã do problema, seja realizada através da noçã de diferençã, isto é: não identidade. Caso esta análise possa ser extraída do texto, a relaçã entre a primeira e a segunda passagem estaria corretamente estabelecida e a citaçã de 256 durante a soluçã do problema estaria justificada. No entanto, a sentençã obviamente não pode ser entendida como “Sócrates é diferente do Belo (forma)”, o que seria o primeiro candidato, tendo em vista que a primeira passagem trata da não-identidade entre formas. Helena, que sem dúvida é bela, também é diferente da forma do Belo, de fato, tudo que é belo é diferente da forma do Belo.

Alguns comentadores tentaram oferecer uma interpretaçã com base na noçã de incompatibilidade entre formas. Primeiramente Cornford, que acredita que “o não belo” em questã não pode ser entendido como uma forma, pois o caráter negativo que esta forma teria, não seria condizente com a noçã de idéia platônica. Ao invés desta forma negativa de Não-Belo, Cornford propõe que entendamos “o não belo” como “o nome coletivo de todas as Formas outras que o Belo.” (CORNFORD,1952,p.:293)

A criaçã deste conjunto foi criticada por Sayre que propõe em seu lugar um conjunto formado pelas Formas relacionadas com Belo “de tal maneira que juntas elas constituem um conjunto exaustivo e exclusivo. A Forma não-Sentado, por exemplo, consta de Andar, Correr, Saltar, Estar de Pé, assim por diante (...).” (SAYRE,1979) Desta maneira, entenderíamos “Sócrates não é belo” como “Sócrates participa de alguma coisa que é incompatível com o Belo”. No entanto, tanto a interpretaçã de Cornford, quanto a reformulaçã *ad hoc* feita por Sayre possuem problemas. Além destas interpretações traduzirem as ocorrências de ἄλλο<sup>10</sup> e ἕτερον<sup>11</sup> em 256-258 por “incompatível”, elas incorporam a noçã de incompatibilidade entre formas ou conjuntos de formas à discussã, coisa que dificilmente pode ser extraída do texto platônico. Apesar destes problemas, esta leitura da passagem torna-se incapaz de explicar a referênçã à primeira

---

<sup>10</sup> Ocorrências de ἄλλο em 256-258 (256c6, 257d11, 257e2), onde seu significado, segundo tal linha interpretativa, deve ser “incompatível”.

<sup>11</sup> Ocorrências de ἕτερον (255e10, 256a4), onde seu significado, segundo tal linha interpretativa, deve ser “incompatível”.

passagem (255 a 257), onde não há nada sobre incompatibilidade, ou conjunto de formas.

A dificuldade de explicar o uso de vários sentidos do verbo “ser” durante o desenvolvimento da questão acerca da falsidade, levou alguns a considerar que Platão, simplesmente, não estava ciente das diferenças de uso do verbo. O que teria levado a inconsistências no tratamento da questão. (cf.BOSTOCK,1984)

Outro grupo de comentadores ofereceu interpretações que livram Platão de falácias e inconsistências, no entanto, não parece nada fácil explicar porque o Estrangeiro passa de um uso do verbo “ser” a outro sem nenhum aviso. Frede em *Plato’s Sophist on false statements* (FREDE,1992), parte da assunção de que Platão entende os dois casos como exemplos de um único uso do verbo “ser”. Sua argumentação apóia-se em 258a7-8<sup>12</sup> onde, ao explicar que o “não-ser” é um ser dentre os outros seres, o Estrangeiro “especifica *uma* natureza do “outro” (ἡ θατέρου φύσις) supostamente envolvida em todos os casos de “não-ser” que estivemos considerando.” (FREDE,1992:408) E ainda conclui, a partir disto, que Platão não pode pretender solucionar o problema da falsidade distinguindo a predicação negativa da negação de identidade. Temos que assumir, portanto, conclui Frede, que há somente um sentido de “ser” envolvido tanto em “movimento não é repouso” quanto em “Theeteto não é (está) voando” [Theeteto is not flying] (FREDE,p.:408). Ao assumirmos que Platão está lidando com uma única interpretação do verbo “ser” podemos explicar a relação entre estas duas passagens, que usualmente consideraríamos como oferecendo duas análises diferentes do verbo, sem implicar com isso nenhuma confusão por parte de Platão.

Frede, como já foi dito, argumenta que a primeira passagem também pode ser entendida como contendo aquilo que chamamos casos de predicação negativa. Para que tal interpretação seja mantida é preciso que se entenda a análise de Platão para sentenças do tipo “X não é Y” – no caso de X e Y serem diferentes - não como uma negação de identidade, mas como “atribuindo não ser a X”, ou seja, como negando a predicação de Y a X. Além disso, devemos supor que Platão entende “O Pequeno não é o Grande<sup>13</sup>” da mesma maneira como entende “Isso

---

<sup>12</sup> Καὶ τᾶλλα δὴ ταύτη λέξομεν, ἐπειπερ ἡ θατέρου φύσις ἐφάνη τῶν ὄντων οὔσα, “O mesmo diremos das outras coisas, pois a natureza do outro, como dizia, está entre os seres”

<sup>13</sup> O uso de maiúsculas em “Pequeno” e “Grande” indica que se tratam das formas Pequeno e Grande, e não os objetos pequenos e grandes, com os quais temos contato no nosso dia a dia.

(uma coisa pequena) não é grande”, tendo em vista a mudança do campo de aplicação do quantificador entre a primeira e a segunda passagem. Pois, enquanto a primeira passagem trata da relação entre as formas, a segunda fala sobre Theeteto, que certamente não é uma forma. Frede também pretende solucionar esta diferença e oferece uma única análise para ambos os casos, respectivamente: “O Pequeno é diferente do que é grande” e “Isso (uma determinada coisa pequena) é diferente do que é grande.”

Oferecendo uma interpretação que encontra paralelos onde aparentemente não há algum, Frede pode explicar a referência à primeira passagem como algo natural, tendo em vista que para ele, durante toda esta parte do diálogo, Platão está fazendo uso do que acredita ser um único sentido do verbo “ser”<sup>14</sup>. Mesmo assim, Frede acha intrigante que a solução do problema faça referência à passagem que “não nos causa inquietação” se estamos preocupados com o problema da falsidade. (FREDE,p.:411)

A fraqueza da interpretação de Frede está no fato de que, para aproximar as passagens e oferecer uma análise unificada das ocorrências do verbo “ser”, são necessários muitos acréscimos àquilo que de fato está presente no texto. Eck, em *Falsity Without Negative Predication on Sophistes 255e-263d*, (ECK,1995,p.:23) critica a interpretação de Frede com base em dois argumentos:

I) “A partir do fato de que somente uma natureza do “não ser” é especificada em 258a7 nada se segue acerca da questão se, acaso, um ou mais sentidos de “não é” estão envolvidos em sentenças de não identidade e predicação negativa.” (ECK,1995,p.:23)

II) Frede oferece um argumento incompreensível ao concluir, a partir do fato de que Platão não identifica “o não ser” com “o diferente”, mas com “uma parte do diferente”, que a sentença “o pequeno não é o grande” não deve ser entendido como negando identidade entre formas.

Com relação a I), concordamos com Eck no ponto que nada acerca da relação entre predicação negativa e predicação de identidade se segue do fato de que Platão, aparentemente, está entendendo toda sua abordagem da questão como contendo um só uso do verbo “ser”. No entanto, parece-nos válida a tentativa, por parte de Frede, de oferecer uma interpretação que aproxime as passagens em

---

<sup>14</sup> Explicitado por Frede através da análise: “X é diferente do que é F”. Supostamente válida tanto para X não-é F, quanto para a falsidade de X é F.

questão. De fato, nada acerca da “predicação negativa” ou da “negação de identidade”, tal como nós as compreendemos, se segue do que quer que Platão entenda acerca do verbo “ser”. No entanto, nossos esforços estão voltados para compreender o que Platão entendeu acerca do problema da falsidade e como pretendeu resolvê-lo, e não oferecer teorias lingüísticas acerca dos usos do verbo “ser”. Se Platão só vê um uso do verbo por toda a passagem, então nossa interpretação do diálogo deve partir deste fato, e nossas categorias de análises do verbo “ser” só nos serão úteis na medida em que nos ajudem a compreender o projeto platônico.

A segunda crítica oferecida por Eck é muito mais ofensiva e efetiva. Eck volta-se contra o fato de que Frede, a partir da mera afirmação de que o “não-ser” corresponde a “uma parte do diferente”, atribui uma teoria acerca da relação entre classes e subclasses de coisas. Para atribuir a análise que deseja à sentença “o pequeno não é grande” – como vimos: “o pequeno é diferente do que é grande” – Frede afirma que Platão, ao falar do “grande” e do “pequeno”, refere-se às classes de coisas que são grandes e pequenas. Toda a passagem 257b1 – 258c4 estaria voltada para o esclarecimento de que a classe de coisas pequenas é uma subclasse da classe das coisas diferentes do que é grande. Além de notar que este tipo de análise distancia-se muito do que temos no texto, Eck rejeita esta interpretação com base na analogia entre as partes do “diferente” e as partes do conhecimento estabelecida em 257c7-d5<sup>15</sup>. Como o conhecimento não foi “parcelado em coisas (pessoas) que conhecem – físicos, arquitetos –, nem em coisas conhecidas, nós não temos razões para supor que diferença de X (sendo isso uma parte do diferente) seja parcelada em subconjuntos de classes de coisas que são diferentes das coisas X” (ECK, 1994 p.:24).

---

<sup>15</sup> {ΞΕ.} Ἡ θατέρου μοι φύσις φαίνεται κατακεκερματισθαι καθάπερ ἐπιστήμη.

{ΘΕΑΙ.} Πῶς;

{ΞΕ.} Μία μὲν ἐστὶ που καὶ ἐκείνη, τὸ δ' ἐπὶ τῷ γιγνόμενῳ μέρος αὐτῆς ἕκαστον ἀφορισθὲν ἐπωνυμίαν ἴσχει τινὰ ἑαυτῆς ἰδίαν· διὸ πολλὰ τέχνηαι τ' εἰσὶ λεγόμεναι καὶ ἐπιστήμαι.

{ΘΕΑΙ.} Πάνυ μὲν οὖν.

{ΞΕ.} Οὐκοῦν καὶ τὰ τῆς θατέρου φύσεως μόρια μιᾶς οὔσης ταυτὸν πέπονθε τοῦτο.



Há, portanto, uma mudança implicada na interpretação de Frede para toda parte central do diálogo. Ela implica a mudança, por parte de Platão, de sentenças onde as propriedades são tratadas nominalmente – o grande, no sentido de a forma do Grande – para sentenças onde a propriedade é usada para referir-se às coisas que possuem esta propriedade: o que quer que seja grande. Mesmo que seja possível entender as passagens como contendo esta mudança, parece estranho que Platão passe de um uso a outro sem a menor cerimônia. Principalmente tendo em vista que a distinção entre as coisas que possuem determinada propriedade e a propriedade ela-mesma (*kata/ auto*) é bastante comum em diálogos anteriores, sendo inclusive essencialmente ligada à formulação da teoria das idéias (cf. Fédon 103b).

A passagem onde esta mudança de função de termos como “o não grande” e “o não ser” torna-se mais problemática é 258c2-3:

οὐτῷ δὲ καὶ τὸ μὴ οὐ κατὰ ταῦτον ἢ τε καὶ ἐστὶ μὴ οὐ, ἐναριθμὸν τῶν πολλῶν οὐτῶν εἶδῶν ἐν;<sup>16</sup>

Como em toda passagem precedente (257b1-258) os usos de termos como “o não belo” e “o não ser” são entendidos, por Frede, como significando: “as coisas que não são grandes”, “as coisas que são não ser”, o surgimento desta ocorrência onde o não ser (*τὸ μὴ οὐ*) é caracterizado como “uma [forma] dentre as muitas formas (*εἶδῶν*) que são” torna-se particularmente inexplicável. Bostock (BOSTOCK, 1985) acredita que a passagem oferece as duas análises. A primeira ocorrência seria “não ser era e é não ser” e ofereceria um uso predicativo (x não-é F, no sentido de que não possui o predicado F). A segunda parte da sentença repetiria a expressão “o não ser” como sujeito, mas agora com uma função nominal: “[o Não ser], uma dentre as muitas formas que são.”

Além do fato desta análise oferecer duas interpretações para uma mesma ocorrência do termo “o não ser”, ela não pode explicar a falta de parcimônia, por parte de Platão, ao mudar de uma análise para outra sem a menor indicação de que estamos, a cada momento, nos referindo a coisas diferentes. Simplesmente, não podemos admitir que Platão não esteja a par da diferença de uso. Afinal, o que teria acontecido entre o Fédon e o Sofista? Não podemos aceitar que Platão ignora

<sup>16</sup> “Dessa maneira, “o não ser”, nele mesmo, era e é não ser, uma dentre as muitas formas que são.”

uma distinção tão essencial quanto esta, principalmente se considerarmos que foi o próprio Platão quem apresentou esta diferença, em seus diálogos anteriores.

Sem querer me deter demasiadamente nos problemas textuais, que não são poucos, decorrentes de uma interpretação da questão da falsidade através da predicação negativa. Apresentaremos o argumento de McDowell (MCDOWELL1982) com o qual pretendemos demonstrar que mesmo uma análise correta da predicação negativa, não soluciona o problema da falsidade no discurso, tal como nós o caracterizamos.

## 4.2

## A Insuficiência da Predicação Negativa para Solucionar o Problema da Falsidade.

Mcdowell elabora uma resposta por parte do sofista bastante razoável. O sofista diria:

“Atributos, como voando, não são o tipo de coisa que eu considerei que uma descrição da falsidade deveria representar como não ser. E não foi no sentido por você explorado – não ser em relação a alguma coisa -, mas precisamente no sentido que você concorda ser problemático – não ser nada – que eu considerei que uma descrição de falsidade teria que representar meus estados de coisas, como não ser. Você não demonstrou que a descrição de falsidade que eu achei problemática não é necessária, ditada pela natureza do conceito de falsidade; e você certamente não mostrou que ela não é problemática.” (MCDOWELL,1982; p:128)

Mcdowell parece notar que oferecer uma explicação acerca da predicação negativa em nada tem a ver com a questão acerca da existência de “estados de coisas” ou situações representadas por sentenças falsas. Mcdowell concorda que o tratamento oferecido pelo Estrangeiro acerca da falsidade de “Theeteto é (está) voando” é realizado através da predicação negativa, ou em suas palavras, consiste na “atribuição do que não é ao seu sujeito, em que *voando* não está em relação com Theeteto”. No entanto, afirma Mcdowell, “se o problema for aquele acerca de *situações* ou *estados de coisas* exposto anteriormente, esta resposta (...) parece irrelevante.” (MCDOWELL,1982;p:127)

O problema acerca de situações ou estados de coisas ao qual Mcdowell se refere é entendido da seguinte maneira: como é possível referir-se a algum fato falso, se todo fato falso absolutamente não é, e, portanto, não pode ser dito. Ou usando o exemplo de Wittgenstein: "Como pode alguém pensar aquilo que não é o caso? Se eu penso que o King's College está em chamas quando ele não está, o fato dele estar em chamas não existe. Então como eu posso pensar nisto?" (Brown Book, *apud* FERREIRA)

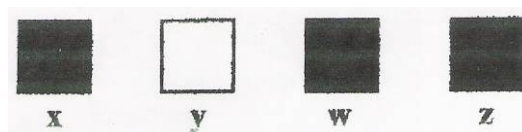
Um exemplo talvez esclareça melhor o problema. Estamos assumindo que as formas são entendidas, por Platão, como os verdadeiros referentes da nossa linguagem. Sendo assim, o sentido das sentenças é dado através da referência a

estas formas. Em uma teoria da linguagem como esta, o sentido de uma dada sentença depende unicamente do fato a que se refere. Portanto, duas sentenças que se refiram ao mesmo fato terão o mesmo significado.

Exemplo 1:

Sintaxe: Existem somente 16 proposições **XB, XP, YB, YP, WB, WP, ZB, ZP, ~XB, ~XP, ~YB, ~YP, ~WB, ~WP, ~ZB, ~ZP**. As oito primeiras são exemplos de predicação positiva (X é Y), e as outras oito de predicação negativa (X não é Y)

Ontologia:



Se considerarmos X, Y, W e Z como os nomes dos quadrados e P e B como preto e branco respectivamente, teremos uma correspondência natural entre fatos e sentenças. Por exemplo, as sentenças afirmativas XP, YB, WP, ZP são dotadas de sentido e verdadeiras. No entanto, as sentenças XB, YP, WB e ZB, por não possuírem referente, são desprovidas de sentido e, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras.

Em tais modelos de linguagem, não é possível formular sentenças falsas, pois, tais proposições são desprovidas de sentido e, portanto, não são legítimas proposições. Mesmo os autores que negam que Platão esteja tratando de questões de existência parecem adotar este mesmo tipo de explicação para o problema do falso, parece ser o caso de Frede, Eck, Bostock, entre outros.

Podemos compreender o argumento de McDowell da seguinte maneira: Dada nossa caracterização do problema, por mais que seja oferecida uma interpretação correta da relação entre sentenças falsas positivas do tipo XB e sentenças verdadeiras negativas ( $\sim$ XB), isso em nada ajuda a solucionar o problema da carência de referência para estas sentenças. Como o problema está na carência de uma entidade passível de ser representada pela sentença falsas, isto é: um item da ontologia que sirva de referência para sentença XB, uma equivalência sintática não pode oferecer uma solução satisfatória, a não ser que a sentença negativa verdadeira possuísse um referente, o que não é o caso.

De fato, ao solucionarmos o problema da falta de referência para sentenças falsas, solucionaremos também o problema das sentenças negativas, mas nada nos leva a crer que a questão necessita ser tratada por intermédio das sentenças negativas. E mais, caso a predicação negativa tenha algum papel no argumento, seu papel tem, necessariamente, que ser secundário, posto que o reconhecimento da equivalência entre sentenças *falsas* (XB) e sua equivalente negativa *verdadeira* ( $\sim$ XB), não soluciona, nem pode solucionar a questão.

Em seu artigo, McDowell conclui que o projeto platônico não pretende solucionar a questão acerca da existência dos estados de coisas expressos por sentenças falsas. Sua análise do “não ser” estaria ligada à realização de um projeto menos ambicioso, se limitaria a esclarecer um engano com relação ao uso da negação. O centro da argumentação contida no Sofista consistiria em demonstrar que “não ser x” não deve ser confundido com “não ser nada”, “ser o contrário do ser”, com a negação operando diretamente sobre o verbo “ser” e, portanto, anulando a possibilidade de qualquer complemento para a predicação. O engano parmenídico consistiria em não conseguir compreender “não é” como algo além do sinônimo de “o contrário de ser”. Desta forma, dado o engano com relação à negação, quando tentamos capturar a falsidade de “Theeteto é (esta) voando”, dizendo que esta sentença atribui o que *não é* a Theeteto, estamos, inevitavelmente, falando algo sem sentido.

Solucionado este engano, o Estrangeiro pode usar a própria caracterização de falsidade que havia se mostrado problemática: uma sentença falsa representa o que não é, como sendo, ou o que é como não sendo. Com o erro acerca da negação solucionado, esta é uma caracterização da falsidade perfeitamente válida. No entanto, não tem nada a ver o com o problema acerca da existência de estados de coisas representados por sentenças falsas, tal como expresso por Wittgenstein acima.

## 4.3

O *Sofista* sem Predicação Negativa.

Apesar de concordarmos com o argumento de McDowell, que parece demonstrar a impossibilidade da resolução do problema por meio da predicação negativa, discordamos que o problema da falsidade contido no sofista seja outro que aquele acima apresentado.

A interpretação do diálogo em termos de predicação negativa e não identidade está, na verdade, fundada em uma noção bastante simplista acerca das ocorrências do verbo “ser” na língua grega.<sup>17</sup>

Como o uso existencial não se mostra, de maneira nenhuma, um bom candidato para compreensão do diálogo, tendo em vista, inclusive, o grande número de ocorrências incompletas do verbo (X é Y) na parte central, os comentaristas dispõem-se a analisar o problema por meio da predicação negativa. De fato, boa parte dos comentaristas mais recentes tomam como certa a posição exposta por Owen em seu artigo “*Plato on Not-Being*” (OWEN,1970). Como vimos, a tese defendida por Owen é a de que o diálogo *Sofista* trata de problemas relacionados às noções de “referência e predicação, e ao usos incompletos do verbo ser”. E, ainda, que “o argumento não possui nem compele nenhum isolamento de um verbo existencial” Possuindo, em sua parte central, apenas ocorrências do verbo “ser” ligadas, semanticamente, ao uso predicativo (predicação e predicação de identidade) e, sintaticamente, entendidas com incompletas. (OWEN,1970:417)

Claramente, a posição de Owen assume o paralelo sintático-semântico defendido por Mill. Este paralelo levaria Owen a ver em todos os usos absolutos

---

<sup>17</sup> A análise do verbo “ser” foi, durante muito tempo, marcada pela dicotomia proposta por James Mill. Baseado na distinção sintática entre o uso absoluto e o uso predicativo do verbo, Mill propôs um paralelo semântico. Segundo ele, sempre que o verbo estivesse em uma construção completa – absoluta - (X é) seu significado seria *existir* e sempre que o verbo estivesse em uma construção incompleta – predicativa - (X é Y) seu valor seria o de uma cópula destituída de significado, sendo usado somente para respeitar a norma de que toda frase deve possuir um verbo finito. Somente a partir das descobertas introduzidas por Charles H. Kahn (KAHN,1997), esta dicotomia foi questionada e as análises do verbo “ser” grego tornaram-se mais complexas. Para maiores informações, consulte o primeiro capítulo.

do verbo “ser” (X é) uma construção existencial. No entanto, como sua tese parte do princípio de que a questão da existência não faz parte da temática central do diálogo, Owen caracteriza as ocorrências absolutas do verbo “ser” como construções incompletas elípticas, ou seja, um uso predicativo (X é Y) onde o objeto (Y) deve ser suprido pelo contexto da passagem.

Ora, que o diálogo *Sofista* trate de problemas relacionados à predicção e referência, é exatamente o que queremos se estamos dispostos a entender o problema do diálogo como aquele relacionado à possibilidade das sentenças falsas possuírem um estado-de-coisas ao qual se refiram. O fato de podermos formular este mesmo problema usando a palavra existência em: “o problema acerca da existência de estados-de-coisas representados por sentenças falsas”, não faz com que o problema esteja preso a alguma noção de existência. Muito menos que Platão tenha alguma teoria acerca do que entendemos por existência. Podemos, sem dúvida alguma, assumir como Owen que o diálogo não oferece nenhum tratamento acerca da noção de existência, e manter que o problema tratado é aquele acerca da carência de referência para sentenças falsas.

Quanto à análise sintática oferecida por Owen às ocorrências do verbo “ser” no diálogo, acreditamos que ela herda o caráter simplista da dicotomia proposta pro Mill, assim como incorre no mesmo engano acerca do paralelismo sintático-semântico. Lesley Brown (BROWN,1994) apresenta uma análise crítica das posições de Owen, onde expõe algumas fraquezas inerentes à análise sintática apresentada. Brown defende as seguintes teses com relação ao verbo “ser” grego:

I) a distinção entre dois usos sintaticamente bem delineados do verbo “ser”, a saber, o completo e o incompleto, não fornece uma boa caracterização para os usos deste verbo em grego antigo.

II) a maneira como o uso completo do verbo “ser” é definido por Owen não oferece uma boa caracterização para os usos deste verbo quando encontrado em sua forma absoluta (X é).

Para solucionar tal incapacidade dos métodos de análises estabelecidos, Brown propõe que entendamos o uso completo do verbo de forma diferente. Se, no lugar da definição tradicional do uso completo, a saber:

C1: um uso que não possui nem permite um complemento;  
adotarmos a seguinte definição:

C2: um uso onde não há complemento (explícito ou elidido), mas que *permite* um complemento.

Então, a relação entre o uso completo e incompleto do verbo se tornaria mais estreita. Entendendo as ocorrências do verbo “ser” grego como C2 aproximariamos sua análise daquela presente em verbos como “lecionar” e “comer”. Nestes verbos, apesar de uma ocorrência absoluta (Maria está lecionando) não possuir complemento, ela *permite* um complemento, isto é, não seria um absurdo perguntar “está lecionado o que?”. (BROWN,1994:54)

Segundo Brown, Owen caracteriza um uso completo do verbo “ser” grego como C1. Isso o teria levado a enganos com relação ao diálogo *Sofista*.

Brown sustenta que certas passagens centrais do diálogo onde o verbo “ser” ocorre em sua forma absoluta devem ser lidas como um uso completo e possuindo um sentido existencial. No entanto, sua nova caracterização do uso completo (C2) admite que estas ocorrências permitam um complemento mesmo que este complemento não seja oferecido pelo texto. Isto permitiria manter a interpretação existencial para certas passagens sem ter que discordar com Owen acerca do sentido geral da questão levantada no *Sofista*. Portanto, Brown nega a tese de Owen de que os usos do verbo “ser” contidos no diálogo sejam predominantemente incompletos, mas mantêm que o problema da falsidade está relacionado com as noções de predicação e referência.

Na seção de seu artigo dedicada à passagem 236-241, onde são expostos os paradoxos inerentes à noção de “não-ser”, Brown mantêm, como Owen, que o “não-ser” aí exposto, e equacionado com τὸ μὴ ὄν, “ὅ que absolutamente não é” (237b7) deve ser entendido como “aquilo para o qual nenhum F é F, ou seja, algo que não possui determinação alguma”(BROWN,1994:60). No entanto, Brown sustenta que esta posição é compatível com a tradução de “τὸ μὴ ὄν” por “não existente”. Como sua caracterização do uso completo do verbo “ser” aproxima-o do uso predicativo, Brown pode sustentar teses que para Owen seriam excludentes, a saber: (i) que o não ser aí exposto deve ser entendido como aquilo que não possui nenhuma determinação, o que é “predicativamente nada” e (ii) representa um uso completo do verbo “ser”, devendo ser traduzido por “o não existente”.(BROWN,p:60)



A importância do artigo de Brown para nossa discussão está no fato de que ele, ao romper com a dicotomia na interpretação do verbo “ser”, vislumbra relações que podem dar unidade à discussão presente no Sofista sem, com isso, distanciar demasiadamente a interpretação oferecida daquilo que, de fato, há no texto. Além disso, Brown demonstra que os critérios de avaliação sintática usados por Owen, o levaram a posições facilmente atacáveis, tendo em vista que sua interpretação depende de uma correção constante do texto. Pois, sempre que há uma expressão do tipo (X é), Owen precisa encontrar um Y para formar (X é Y).

Brown, ao criticar Owen, nos fornece material para dar uma explicação para a importância dada à predicação negativa por autores como Frede, McDowell, Bostock, entre outros. Como estes autores seguem a linha interpretativa desenvolvida por Owen (tanto Frede, quanto McDowell citam Owen na introdução de seus artigos), eles descartam a noção de existência como fundamental e, tendo em vista que não vislumbram outra possibilidade, adotam a noção de predicação negativa como central para solução do problema.

Dada esta predisposição para entender o problema em termos de predicação negativa, os comentadores buscam uma passagem onde tal uso possa estar presente. Sem dúvida, se algum tratamento de predicação negativa pode ser encontrado no diálogo, este tratamento está em 257-258, a passagem do não-belo. No entanto, para que esta passagem assuma um papel principal, é necessário que ela, de alguma maneira, esteja coerentemente relacionada com a passagem anterior acerca da comunhão das formas, pois é esta que é citada pelo Estrangeiro ao solucionar o problema.

Caso tenhamos eliminado a predisposição em tratar a questão em termos de predicação negativa, a importância da segunda passagem torna-se secundária, pois, como reconhecem os comentadores, a citação de 256 em 263 parece indicar que nada de muito importante ocorreu neste intervalo. (MCDOWELL, 1982, p.:123) Ficamos, portanto com a tarefa de fornecer uma análise de 256 na qual esta passagem ofereça o argumento essencial para solução do problema.

## 4.4

## O Uso Veritativo: uma Possível Solução.

Retornando ao nosso modelo, indicarei brevemente um caminho para uma análise de 256 que lhe o dê o papel principal na solução do problema da falsidade no discurso. Cada fato de nosso modelo representa uma união entre formas, o fato 1 representa a união entre a forma “x”, e a forma “preto”  $\{X,P\}$ . A introdução da forma do "outro" como equivalente ao não-ser (o caso) nos levaria a um novo fato  $\{X,P,outro\}$ . Desta maneira, o universo de nossa ontologia de fatos se estenderia da seguinte forma:

1  $\{x,p\}$  2  $\{x,b,o\}$  3  $\{x,y,o\}$  4  $\{x,w,o\}$  5  $\{x,z,o\}$   
 6  $\{y,b\}$  7  $\{y,p,o\}$  8  $\{y,w,o\}$  9  $\{y,z,o\}$   
 10  $\{w,p\}$  11  $\{w,b,o\}$  ...

A união entre as formas “x”, “branco” e “outro”, que representa o fato 2 de nossa ontologia, seria o candidato adequado a referente para proposição falsa XB. Desta maneira, a questão da falsidade é resolvida muito simplesmente. Em nossa ontologia de fatos, acrescentamos contra-fatos, que servem de referente para proposições falsas. Como havíamos notado anteriormente, a solução do problema da falta de referente da proposição falsa XB, também soluciona o problema com relação à proposição verdadeira  $\sim XB$ . Pois, tendo as duas o mesmo significado, possuem o mesmo referente, o fato  $\{X,B,O\}$ .

Esta solução me parece aplicável ao texto de 255-256. Nesta passagem, o Estrangeiro estabelece as relações possíveis entre os gêneros supremos e chega a conclusões do tipo: “o movimento é o mesmo e não é o mesmo”. Isto estaria relacionado ao reconhecimento de dois conjuntos de formas: o conjunto  $\{\text{Movimento, Mesmo}\}$  referente para as sentenças onde é verdade dizer que “o movimento é o mesmo”, e o conjunto  $\{\text{Movimento, Mesmo, Outro}\}$  referente para sentenças onde é falso dizer “o movimento é o mesmo”. A análise da sentença “Theeteto está voando” seria : esta sentença é falsa porque Theeteto não está ligado ao conjunto de formas  $[\text{Voando, Mesmo}]$ , mas sim ao conjunto  $[\text{Voando,}$

Outro] e este é, exatamente, o mesmo motivo porque é verdadeiro afirmar que “Theeteto não está voando”. Tendo utilizado a forma “o outro” para estender sua ontologia, o Estrangeiro pode fazer a afirmação de 256b11:

Perii ekaston alra twh eidw h pol ul meh e sti to\ oh, apeiron de\ pl h qei to\ mh\ oh.

Uma tradução que ressalta a linha interpretativa aqui proposta seria:

“Acerca de cada forma “o que é” (to\ oh) é muito e “o que não é”(to\ mh\ oh) ilimitado”

Onde “o que é” diz respeito a todos os conjuntos de formas passíveis de servir de referência a uma sentença verdadeira e “o que não é” diz respeito aos conjuntos referentes às sentenças falsas. Note que nesta interpretação to\ oh e to\ mh\ oh são entendidos como usos completos do verbo, não carecendo, portanto, de complemento. Nesta passagem, o Estrangeiro constata que, no modelo de linguagem que está propondo, o número de contra-fatos é imensamente maior que o número de fatos.

Esta interpretação da passagem toma como fundamental a análise veritativa do verbo “ser”. A análise veritativa foi, primeiramente, proposta por Kahn e tem se mostrado bastante eficiente na solução de problemas de interpretação de natureza similar ao que estamos investigando.

Assim como no dito de Protágoras<sup>18</sup>, a passagem 256b11 do *Sofista* possui ocorrências absolutas do verbo “ser”. Podemos analisar estas ocorrências como um uso completo do tipo C2, aquele proposto por Brown, onde apesar de não haver complemento, o verbo permite uma complementação, ou seja, não é absurdo perguntar “é o caso que o que?”, ou em bom português: “o que é o caso?”. Como notou Kahn o uso veritativo está estreitamente ligado à forma predicativa, e isso nos permite manter o mesmo posicionamento de Owen e Brown, e muitos outros, acerca do problema central do *Sofista*.

De fato, o uso veritativo já está presente na formulação do problema acerca da validade dos estados de coisas correspondentes às sentenças falsas. Nas palavras do Estrangeiro de Eléia:

"É que realmente nos vemos frente a uma questão muito difícil; pois mostrar e parecer, sem ser, dizer algo sem, entretanto, dizer a verdade, são maneiras que trazem dificuldades, tanto hoje como ontem e sempre. Que modo encontrar para

---

<sup>18</sup> Ver página: 6

dizer que o falso é real, sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados em contradição.” (236d9-237a1)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> ὄντων, ὡς μακάριε, ἐσμὲν ἐν παντάσῃ καὶ ἐπισκεύει. τὸ γὰρ φαίνοσθαι τούτου καὶ τὸ δοκεῖν, εἶναι δὲ μή, καὶ τὸ εἶναι μὲν αἴτια, ἀλλὰ ἡγεῖν δὲ μή, παρὰ ταῦτα ἐστὶ μὲν ἀπορίας ἀπὸ ἐπιποθέμενον ἄλλοθεν ἢ τὸ πρὸς γενεῶν καὶ οὐκ ὄντων. ὁπῶς γὰρ εἰποῦντα ἄλλοθεν εἶναι ἡγεῖν ἢ δοκεῖν ὄντων εἶναι, καὶ τούτου φεγγαμένον ἐναντιὸν ὄντων ἢ οὐκ ὄντων, πάντας, ὡς οὐ φαίνεται, καὶ ἐπὶ.

## Conclusão:

Procuramos apresentar uma interpretação para o problema da falsidade no discurso a partir de dois dos textos mais antigos de nossa tradição filosófica. O método que nos propomos a realizar partia da análise do vocabulário ligado ao verbo “ser” grego, *einai*, presente nos textos aqui apresentados. O uso abundante de termos como “o que é”, “o ser”, “o não ser”, derivados nominais do verbo *einai*, nos compelia de forma quase inevitável a este tratamento da questão.

A partir desta forma de aproximação dos textos, procuramos apresentar alguns dos principais comentadores que compartilhavam de nossos pressupostos iniciais, isto é: que viam tais textos como relacionados ao problema da falsidade no discurso ou que propunham interpretá-los com base em uma análise das ocorrências do verbo “ser”. Na medida do possível, tentamos indicar soluções para alguns problemas interpretativos resultantes das discussões entre comentadores. Para isso, fizemos uso do amplo material teórico fornecido pela lógica moderna, tal como a análise predicativa e, até mesmo, teoria dos conjuntos. A utilização deste aparato lógico pode ser justificada na medida em que sabemos que o uso de uma determinada regra lógica não depende do seu reconhecimento, assim, consideramos plenamente possível que pensadores anteriores ao advento da moderna lógica dos predicados, possam ter tido intuições sobre a lógica e a linguagem que podem ser expressas e entendidas por meio da notação moderna. Mais além, acreditamos que as discussões contidas em textos antigos podem contribuir de forma positiva para questões atuais acerca de temas como forma lógica, predicação, sentido e referência.

Como resultado de nossa investigação, obtivemos interpretações ligadas, sobretudo, aos usos veritativos do verbo “ser” grego. Verifica-se que estes resultados relacionam de forma coerente dois temas presentes em nosso trabalho e que nem sempre são vistos em conjunto pelos comentadores. Ao atribuímos um sentido veritativo para o verbo “ser” estamos relacionando coerentemente o tema da ontologia com o problema da falsidade. Isto se depreende, de forma de trivial,

se entendemos a questão do “ser” e do “não ser” como a questão acerca de “ser o caso” (ser verdade) e “não ser o caso” (ser falso). O pressuposto que permeou toda essa pesquisa e que pretendemos advogar, por meio desta dissertação, pode ser sintetizado pela sentença: As discussões que chamamos ontológicas, na antiguidade, tinham como tema fundamental verdade e falsidade e estavam relacionadas, portanto, a questões como predicação, forma lógica e referência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACKRILL, J.L. *Plato and the Copula: Sophist 251-259*, Journal of Hellenic Studies 77, 1957

BARROS, P. *Novo Manual de Língua Portuguesa: Grammatica Histórica.*, Rio de Janeiro, Livraria Alves, 1926

BRANDAO, R. M. R. G. *Referência e o Problema da Falsidade no Discurso Segundo o Sofista de Platão*. In: I Seminário de Filosofia Antiga, Rio de Janeiro. Anais de filosofia antiga, 2007.

BRANDAO, R. M. R. G. *O não-ser não é: Parmênides e a Impossibilidade da Linguagem*. In: II Seminário de Filosofia Antiga Rio de Janeiro, Anais de filosofia antiga, 2008

BROWN, Lesley. *Being in the Sophist: a syntactical enquiry*, Plato's Metaphysics and Epistemology, New York & London, Garland, 1995.

BOSTOCK, D. *Plato on Is-Not*, Oxford Studies in Ancient Philosophy 2(89-119), 1984

BURNET, John. *Early Greek Philosophy*. New York: Meridian Books, 1957.

CORNFORD, F. M., *Plato's Theory of Knowledge*, London & Henley, 1952

CORNFORD, F. M., *Plato and Parmenides: Parmenides' Way of Truth and Plato's Parmenides*, Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, Inc., 1939

CROMBIE, I. M. *An examination of Plato's Doctrines*. V. 2. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

ECK, Job Van. *Falsity Without Negative Predication on Sophistes 255e-263d*, Phronesis vol. 15, August 1994.

FERREIRA, Fernando, *On the Parmenides Misconception*, The International Plato Society Home Page. Acessada em 26-6-2005.

FITCH, Frederic B., *Self-Reference in Philosophy*, Symbolic Logic, N.Y., The Ronald Press, 1952

FREDE, Michael. *Plato's Sophist on false statements*, The Cambridge Companion to Plato, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

FURTH, M. *Elements of Eleatic Ontology*. In: Journal of the History of Philosophy 6 111-32, 1968

GOSLING, J. C. B. Plato. London: Routledge & Kegan Paul, 1983. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1997.

GUTHRIE, W. K. C. Os filósofos gregos: de Tales a Aristóteles. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

\_\_\_\_\_. A History of greek philosophy. V5. Cambridge: University Press, 1969.

HAVELOCK, Eric. Prefácio a Platão, Campinas: Papirus, 1996b.

HESTIR, Blake E. *A "Conception" of Truth in Plato's Sophist*. In: Journal of the History of Philosophy, v. 41, n. I, 2003, pp. 1-24.

HINTIKKA, Jaakko. *Knowledge and its Objects in Plato*. In: MORAVCSIK, J. M. E. (ed.). Patterns in Plato's Thought. Dordrecht: Reidel, 1973, pp. 1-30.

GÖDEL, K. *Russell's Mathematical Logic*. In: The Philosophy of Bertrand Russell, New York, Tudor, 1944

IGLÉSIAS, Maura. *A relação necessária entre a primeira parte e a parte central do Sofista de Platão*. In: Boletim do CPA. Campinas, n. 15, jan./jun. 2003, pp. 143-156.

IGLÉSIAS, Maura. *A relação entre o Não Ser como negativo e o Não Ser como falso no Sofista de Platão*, O que nos faz pensar, Rio de Janeiro: Puc-rio, vol.2, n.11, Abril, 1997.

JACKSON, Henry. *Plato's later Theory of Ideas. V – The Sophist*. In: Journal of Philology, 14, 1885, pp. 173-230.



KAHN, Charles. *Sobre o verbo grego ser e o conceito de ser*. Cadernos de Tradução, n.1, org, Maura Iglesias,

KAHN, Charles & VERHAAR, John W. M., *The Verb 'be' and its synonyms: philosophical and grammatical studies*, D. Reidel, 1967

KIRK, G. S., RAVEN, J.E., SCHOFIELD, M. *Os Filósofos Pré-Socráticos*. Lisboa: Calouste Gulbenkian 1994

MCDOWELL, John. *Falsehood and Not-Being in Plato's Sophist*, *Language and Logos*, Cambridge, 1982 in *Plato's Metaphysics and Epistemology*, New York & London, Garland, 1995.

MOURELATOS, Alexander. *'Nothing' as 'Not-Being': some literary contexts that bear on Plato*. In: ANTON and PREUS (ed.). *Essays in Ancient Philosophy*. New York: University of New York Press, 1983, pp 59-70.

OWEN, G. E. L. *Plato on Not-Being* *Logic, Science and Dialectic*. Ithaca, N.Y. Cornell University Press, 1986.

PLATÃO, *Diálogos*. Os Pensadores, São Paulo: Abril, 1983

\_\_\_\_\_. *Theatetus, Sofist*, The Loeb Classical Library, Cambridge: Harvard University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *Platonis Opera*. Oxford: At Clarendon Press, 1941.

\_\_\_\_\_. *Sophist*. Trad. H. N. Fowler. London: William Heinemann, 1987.

\_\_\_\_\_. *Le Sophiste*. Trad. Nestor-Luis Cordero. Paris: GF-Flammarion, 1993.

QUINE, W. *On What There Is*. The review of *Metaphysics* 2, 194

RUSSELL, B. *Introduction to Mathematical Philosophy*. London: Allen and Unwin, 1919